



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 69

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	1520
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1521
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1522
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	1527

TAQUIGRAFIA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 05 de Abril de 2016.

Presidência dos Srs.
Edson Martins - 1º Vice-Presidente
Ezequiel Junior - Deputado
Maurão de Carvalho - Presidente

Secretariados pelo Sr.
Lebrão - 1º Secretário

(Às 15 horas e 07 minutos é aberta a sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PSDB), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Dr. Neidson (PMN), Jesuíno Boabaid (PMN) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 12ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 037/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de cláusula nos contratos de adesão dos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel, informando que o contratante poderá rescindi-lo, sem ônus, por má qualidade do serviço prestado, independente dos prazos de fidelização”.

02 – Mensagem nº 038/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.594, de 22 de julho de 2015, que ‘Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016’”.

03 – Mensagem nº 039/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 4.045.411,00, em favor da Unidade Orçamentária Agência de

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON”.

04 – Mensagem nº 040/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 6.977.533,89, em favor das Unidades Orçamentárias CGE, SEAE, DER, FESPREN, PROLEITE, SEAS, FEAS e IPEM”.

05 – Mensagem nº 041/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui o dia 19 de março como o Dia Estadual do Meio Ambiente”.

06 – Mensagem nº 042/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Vincula o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas – CONEN à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, dispõe sobre os recursos do FESPREN e dá outras providências”.

07 – Mensagem nº 043/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dá nova redação ao artigo 1º e altera o Anexo I da Lei nº 3.111, de 25 de junho de 2013, que alterou a Lei nº 2.672, de 20 de dezembro de 2011, que ‘Autoriza o Poder Executivo proceder a contratações no âmbito do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER/RO, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”.

08 – Mensagem nº 044/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012, que ‘Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

09 – Ofício nº 024/2016 – Tribunal de Justiça, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos para o Poder Judiciário do Estado de Rondônia”.

10 – Ofício nº 573/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 1629/16, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

11 – Ofício nº 558/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 995/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

12 – Ofício nº 562/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 1506/15, de autoria do Senhor Deputado Aírton Gurgacz.

13 – Ofício nº 563/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 975/15, de autoria do Senhor Deputado Marcelino Tenório.

14 – Ofício nº 564/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 566/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

15 – Ofício nº 570/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 1597/16, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

16 – Ofício nº 574/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 492/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

17 – Ofício nº 618/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 1085/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

18 – Ofício nº 619/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 497/15, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

19 – Ofício nº 425/2016 – SEPOG, encaminhando resposta ao Requerimento nº 459/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

20 – Ofício nº 167/2016 – Tribunal de Contas, encaminhando Prestação de Contas do TCE-RO e FDI – Exercício 2015.

21 – Ofício nº 1608/2016 – SESAU, encaminhando Relatório de Gestão – Exercício de 2015.

22 – Ofício nº 415/2016 – AGEVISA, encaminhando Relatório Anual de Gestão – Exercício 2015.

23 – Ofício nº 156/2016 – Centro de Educação Técnico Profissional na Área de Saúde, encaminhando Relatório Anual de Gestão/CETAS-2015.

24 – Ofício nº 856/2016 – Gabinete do Governador, encaminhando cópia das Leis Complementares nº 864 e 3.770.

25 – Ofício nº 119/2016 – Tribunal de Justiça, comunicando que julgou inconstitucional a Lei Complementar nº 807, de 23 de dezembro de 2014, objeto da ADIN nº 0003164-62.2015.8.22.0000.

26 – Ofício s/n – Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado de Rondônia, solicitando a revisão da Lei nº 3.271, que trata da regulamentação da profissão de Bombeiro Civil no Estado.

27 – Ofício Circular nº 51/2016 – SUGESP, comunicando que desenvolveu e já se encontra em funcionamento o sistema de solicitação de viagens.

28 – Ofício Circular nº 029/2016 – SEAS, encaminhando convite para Reunião a ser realizada no dia 13 de abril de 2016, às 08h30, nas dependências do Rondon Palace Hotel.

29 – Memorando nº 017/2016 – Gabinete do Deputado Aécio da TV, comunicando que o Senhor Deputado Aécio da TV estará ausente do território nacional no período de 5 a 8 de abril de 2016.

30 – Requerimento do Senhor Deputado Aécio da TV, justificando ausência nas sessões dos dias 5 e 6 de abril de 2016.

31 – Requerimento do Senhor Deputado Dr. Neidson, justificando ausência nas sessões dos dias 5 e 6 de abril de 2016.

32 - Comunicados nº AL135202/2015 a AL135299/2015 - do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente, passamos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o ilustre Deputado Airton Gurgacz, por vinte minutos, com apartes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, senhor Presidente Edson Martins, meus colegas Deputados, Deputada Glaucione, pessoal da imprensa, funcionários desta Casa e a plateia aqui presente.

Eu quero aqui hoje registrar 28 anos de fundação da APAE de Ji-Paraná. Então, eu quero parabenizar toda a diretoria, seus funcionários, alunos e apoiadores da APAE de Ji-Paraná pelos 20 anos de existência da Escola, do Instituto de Educação Especializada Antônio Lázaro de Moura, comemorado na segunda-feira dia 04. Eu que já tive a oportunidade de presidir essa importante entidade sei das dificuldades e das grandes barreiras que são superadas a cada dia, sempre com garra, com determinação e dedicação, muitas vezes, fazendo parecer impossível por amor a cada um dos alunos. Por outro compromisso assumido pelo nosso mandato, eu não pude estar presente para participar da comemoração ontem do aniversário com toda a diretoria, com os alunos, apoiadores, a própria população e convidados, mas estou muito feliz pela data, parabenizo a todos pela conquista desses vinte e oito anos. Feliz também por anunciar que em breve entregaremos um ônibus moderno, totalmente adaptado às necessidades dos alunos da APAE que necessitam, é uma emenda de nossa autoria destinando 360 mil reais para a aquisição desse veículo que vai ajudar muito nas atividades da escola, o dinheiro já está na conta da escola, esperando apenas processo de licitação para a aquisição do devido ônibus.

A Escola Antônio Lázaro de Moura é um orgulho para nós jiparanaenses e para o Estado de Rondônia, sempre estaremos à disposição para ajudar no que for necessário, para proporcionar aos alunos atendimento cada vez melhor. Então, a gente quer agradecer também a sociedade de Ji-Paraná, o comércio jiparanaense, os pais dos alunos, os professores que sempre têm se dedicado nesses vinte e oito anos, que a gente sabe das dificuldades que é uma APAE, em qualquer município as coisas não são fáceis, mas, graças à população, graças ao comércio, pais dos alunos, a toda comunidade que tem colaborado e ajudado, Ji-Paraná tem mais de trezentas e cinquenta crianças com problemas na APAE.

Então, é um orgulho muito grande, eu dirigi por três anos, continuo fazendo parte lá da administração, então quero dar os parabéns aqui.

Quero também dizer que semana passada visitei a Usina do DER, em Ji-Paraná, e tivemos lá uma questão, está parada a nossa usina por causa de um compressor de ar. Mas estive

hoje com o Diretor Geral do DER, o Ezequiel e o Nino que dirigem lá o DER, garantiram que para quinta ou sexta-feira estará pronto esse compressor de ar, onde nós poderemos começar a trabalhar e atender a nossa região com asfalto lá usinado pela nossa usina, material esse que nós temos buscado em Jarú, aonde nós temos... Dá um trabalho grande por irmos até Jarú buscar esse asfalto, a logística é muito grande, são oitenta quilômetros para ir, oitenta quilômetros para retornar, tempo que se perde, as condições da BR-364 hoje estão impraticáveis, estão muito ruins, então a gente vê as dificuldades.

Também tivemos a notícia que ontem começou a se fazer o meio fio do asfalto, que foi feito o ano passado, em torno de doze quilômetros, isso se faz necessário porque no momento das chuvas pode se estragar todo o asfalto. Então, o DER tem o compromisso lá com o nosso município de terminar os cinquenta quilômetros, faltam mais doze quilômetros, mas temos a garantia que também já começa, o material já está estocado. E também queremos parabenizar aqui o Governo do Estado e também o diretor do DER, Ezequiel, que mandou onze caminhões novos, pá-carregadeira, patrol, hoje nós estamos prontos para começar o anel viário, ele nos garantiu que dia 21 começa a construção, o reinício do anel viário, que há vinte dois anos não só a população de Ji-Paraná sofre, mas o Estado inteiro sofre pela falta da construção do anel viário. Então, nós queremos aqui ter certeza e dizer da alegria que a gente fica por atender Ji-Paraná, desobstruindo o trânsito da nossa cidade onde passam muitas carretas e também atender a população do nosso Estado. Eu sempre disse ao Ezequiel: vá, consiga fazer isso que você entra para a história do Estado de Rondônia e de Ji-Paraná, porque passaram-se já vários diretores, prometeram, prometeram, e nós como agentes políticos vamos e vamos, damos entrevistas, falamos nas rádios, falamos em televisão e as coisas não acontecem e aí a gente passa por mentiroso. É muito difícil ser político neste País neste momento em que este País vive, a política está tão desacreditada. Então, nós esperamos realmente que o Ezequiel, Diretor Geral, consiga que este ano consigamos terminar os 13 quilômetros que nós necessitamos desse asfalto.

Eram estas as minhas comunicações para esta tarde e agradecer a todos aí pelo apoio. Agradecer ao DER e dizer da nossa alegria de poder estar comentando esse momento. Agora, esperamos que realmente a obra se conclua, porque 22 anos de espera é muito. A população já está também desesperada e não aguenta mais a nossa conversa. Então, nós precisamos que a obra comece, que recomece e que a obra consiga sair lá do chão para que a gente no final do ano consiga inaugurar e tirar o grande transtorno que nós temos na nossa cidade de Ji-Paraná.

Boa tarde a todos e muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Airton. Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao ilustre Deputado Só Na Bença.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Antes da chegada do Deputado, Presidente, só queria uma Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Cumprimentar e agradecer a presença aqui, hoje, nesta tarde, nesta Casa, do Vereador Eustácio Roberto Salomão, hoje filiado ao PMDB, seu Partido lá do município de Machadinho d'Oeste. Está no seu quarto mandato de Vereador lá do município. É uma grande liderança, um pioneiro, um amigo da gente. Cumprimentar também, acompanhando o Vereador Eustácio, o amigo Edson, trabalha na SEDAM, pioneiro de Machadinho também, um dos grandes servidores da SEDAM do nosso Estado. Sejam bem-vindos.

O SR. CLEITON ROQUE – Pela ordem, senhor Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLEITON ROQUE – Só cumprimentar e registrar a presença do Vereador Maurício Dibas, do nosso município de Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem também para o Deputado Airton.

O SR. AIRTON GURGACZ – Só cumprimentar também o Lio do Vale do Paraíso. Está nos presenciando e os demais Vereadores. Sejam bem-vindos à Casa de Leis. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Registrar também a presença do Vereador Eustácio Roberto Salomão, foi citado, que acabou de chegar. Mais uma vez, muito obrigado.

Com a palavra o ilustre Deputado Só Na Bença, por vinte minutos, com apartes.

O SR. SÓ NA BENÇA – Obrigado, Presidente. Quero aqui cumprimentar Vossa Excelência, senhor Presidente, cumprimentar os nossos nobres companheiros, Deputados que estão presentes e também os que não estão presentes. Porque na verdade esta Casa aqui, Deputado Ezequiel, somos 24 Deputados, mas eu creio que deve ter alguém no seu gabinete e está nos ouvindo. Quero cumprimentar os Vereadores presentes, Vereador Diba, e em seu nome, Vereador Diba, eu quero cumprimentar todos os Vereadores presentes, os Prefeitos que estão presentes. Quero cumprimentar, em nome do Lázaro, que é o jardineiro aqui da Assembleia Legislativa, eu quero cumprimentar todos os servidores da Assembleia Legislativa e também cumprimentar a mídia aqui presente.

Dizer da minha vinda aqui nesta tribuna, e dar a entender que eu estava já com um pouco com saudade da tribuna aqui desta Casa. Eu estava analisando, senhor Presidente, com respeito à nossa BR-364 daqui do Estado de Rondônia. Fazendo a viagem de Mato Grosso para cá, pude observar o quanto que nós aqui de Rondônia, Deputado Cleiton Roque, o quanto nós aqui de Rondônia estamos padecendo com essa BR 364. Na verdade, nós somos Deputados Estaduais aqui do Estado de Rondônia, mas nós também temos que nos preocupar, Presidente, com a BR-364, porque eu acredito, Deputado Airton, que todos, quase todos os Partidos, nós temos os Deputados Estaduais, nós temos Deputado Federal, Senador, que estão em Brasília representando também a nossa sociedade, nosso Estado de Rondônia, nosso povo. E está uma vergonha, Deputado Cleiton. Você passa nessa BR, principalmente lá na

nossa região, Deputado Cleiton, de Pimenta Bueno a Vilhena, quando chove bastante ali, tem dificuldade até as carretas para passarem. Eu acho que o DNIT precisa olhar para essa situação, dar uma resposta para a nossa população. A dificuldade está muito grande. Eu fui informado, Deputado Ribamar Araújo, que de 20 dias para cá já morreram mais de 20 pessoas daqui para Jarú, nessa região. Está de uma forma que a gente não tem condições nem de viajar mais à noite. 'Ah, mas a noite foi feita para dormir'. Sim, concordo, a noite foi feita para dormir. Sim, concordo, mas nós temos que ter responsabilidade com o nosso povo. Não é só nós, Presidente da Assembleia Legislativa, não, senhores. Os nossos Deputados Federais, Senadores, que realmente a gente vê o esforço do Acir Gurgacz, juntamente com o Senador Raupp. Mas nós que estamos nesta Casa nós temos que estarmos unidos com eles, para que seja solucionada essa questão desta BR 364. Então, estou dizendo hoje aqui, Deputado Cleiton, na posição de Presidente da Comissão de Transporte e Obras do Estado de Rondônia, juntamente com o meu companheiro Airton. E quero aqui, também, voltando para o nosso Estado, eu acredito que Deputado Cleiton, vários Deputados já têm feito aqui nesta Casa de Leis indicação ao Governo do Estado para que dê uma olhada junto com o DER sobre as ROs. Agora, eu acredito que nós precisamos dar uma resposta para o nosso povo, está muito difícil, Deputado Cleiton, não está fácil para o nosso povo que passa todos os dias nestas ROs, nesta BR-364, precisamos ser mais rápidos para dar uma atenção a esse povo. Quero agradecer ao Governo do Estado, DER também, quero agradecer pela RO-489 que já está quase finalizando, lá no Município de São Felipe, voltei novamente lá e fiz um vídeo. Já está faltando 04 quilômetros para terminar aquela RO. E ali a gente vê aquela RO, aquele povo está recebendo ali, Airton, um grande benefício do Governo do Estado por recuperar aquela estrada.

Então, cortando um pouco da minha fala, quero cumprimentar o Vereador Elias Josias, lá de Pimenta Bueno, Elias Josias, quero cumprimentar você e todos os Vereadores de Pimenta Bueno.

O Sr. Cleiton Roque – Permita-me um aparte, Deputado Só Na Bença?

O SR. SÓ NA BENÇA – Pois não, Deputado Cleiton Roque.

O Sr. Cleiton Roque – Quero saudar Vossa Excelência, meu companheiro de região, da grande Pimenta Bueno, ali na representatividade de Pimenta, Primavera, São Felipe, Parecis, que a gente tem dividido aquela região com muita lealdade na relação do Deputado Só Na Bença e o Deputado Cleiton. Quero parabenizar Vossa Excelência por usar a Tribuna, hoje, para questionar, para cobrar providências dos órgãos federais sobre a questão da BR-364. Na semana passada, o Deputado Adelino Follador, que utilizou a Tribuna em uma forma de desabafo levantando esse mesmo tema, e vários outros Deputados estaduais têm ocupado a Tribuna desta Casa para falar da BR-364 que a cada dia, a cada semana a gente sofre com uma família, às vezes duas, três pessoas. Semana passada por uma diferença de menos de 24 horas, um acidente, uma tragédia ali entre Presidente Médici e Cacoal, quase foram três pessoas da mesma família no mesmo dia, um dia e meio depois, próximo

ali, entre Vilhena e Pimenta Bueno, nos 20 quilômetros antes de chegar no Distrito de Guaporé e de Urucumacua. E Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Transportes tem levantado esse questionamento. Eu acredito, Deputado Só Na Bença, que nós temos que fazer algo mais ainda, eu acredito que os Parlamentares do Estado de Rondônia têm que fazer um movimento. As providências que precisam ser tomadas referentes a BR-364. Ontem, no deslocamento que nós estávamos tendo de Pimenta Bueno para Porto Velho, o Vereador Elias Josias está aqui presente no Plenário, cobrava de mim que hoje eu ocupasse espaço para que levantasse esse questionamento, e muito bem feito por Vossa Excelência estar cobrando providências.

Eu acredito, presidente Edson, que nós poderíamos aqui, em uma ação imediata proposta por Vossa Excelência, Deputado Só Na Bença, Presidente da Comissão de Transportes, convocar, acredito que já para semana que vem, um representante do DNIT aqui no Estado de Rondônia para que se manifestasse sobre essas situações. Só amanhã ele vem? O Deputado Adelino está dizendo que amanhã durante a sessão. Quinta-feira vai estar aqui na Casa para dar explicações sobre essa situação. Então, dava para a sociedade, para a população do nosso Estado saber que nós não estamos parados sobre as providências que tem que se tomar na BR-364. Que nós todos precisamos saber, que é uma Rodovia Federal de responsabilidade pela manutenção e conservação do Governo Federal. O órgão gestor é o DNIT, e quem tem muito mais força de tudo isso é a bancada federal. E nós temos a obrigação de estar provocando a nossa bancada constantemente para que tome as providências nessa situação inaceitável que está acontecendo. Vai ser lido hoje, eu acredito que já foi uma indicação do Deputado Só Na Bença, é um requerimento que vai ser votado hoje no Plenário, eu cobrando providências do Corpo de Bombeiros para que seja feito um laudo técnico naquela ponte no limite dos municípios de Pimenta Bueno e Cacoal, ali sobre o rio Riozinho, porque aquela ponte ela vai abaixo a qualquer momento, podendo causar inclusive uma tragédia com o desabamento daquela ponte, os problemas estruturais dela já são visíveis, ela já foi rebaixada, uma carreta passa em cima ela treme toda. Então, eu acredito que antes que aconteça uma tragédia é preciso que os órgãos de controle tomem providências. Nós estamos encaminhando ao Corpo de Bombeiros a providência do laudo quanto à ponte, em relação à ponte, e a próxima medida nossa é encaminhar ao Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal também que nos ajudem a tomar providências para esta situação. Parabéns pelo pronunciamento, Deputado Só na Bença.

O SR. SÓ NA BENÇA – Obrigado, Deputado Cleiton, por este aparte importante. A preocupação não é só do Deputado Só na Bença, mas de toda esta Assembleia, esta Casa, os Deputados. Quero parabenizar e agradecer também o Deputado Adelino que falou que, parece que quinta-feira, às 09:00 horas, nós vamos ter aqui na Assembleia Legislativa uma audiência pública para tratarmos sobre esta situação da BR-364. Parabéns, Deputado, eu acredito que, e vou pedir neste momento, eu quero pedir, Deputado Adelino, aos Deputados do Estado de Rondônia para que nós possamos, todos juntos, os que estão aqui presentes, porque na hora de subir na tribuna e cobrar

todos nós cobramos, queremos que as coisas sejam resolvidas, mas nós não queremos sentar, dialogar, cobrar, por quê? Porque é dever de todos nós, tanto nós da Assembleia Legislativa como do Poder Executivo do Estado, que é preocupação do Governo também juntamente com seu secretariado, a preocupação dos nossos Deputados federais, dos nossos Senadores, porque acredito que juntar todos nós podemos ter uma vitória, alcançar essa vitória, porque a partir do momento que o DNIT entrar com providências nessa BR é vitória para todos os rondonienses. Prestem bem atenção, eu viajei na semana passada para Mato Grosso, senhor Presidente, eu viajei, e você passou de Vilhena para frente, de Vilhena para frente tem hora que dá até preguiça de dirigir de tão boa que estão aquelas estradas, é uma vergonha, será que Rondônia não está no Brasil, Deputado Ribamar? Será que Rondônia não está no Brasil? Eu não sei, logo quando nós assumimos este Poder estivemos em Cuiabá o Deputado Só na Bença, o Deputado Jean Oliveira, o Deputado Edson Martins, Deputado Laerte estava presente também, lá na Assembleia Legislativa de Cuiabá, onde um grande amigo meu que é Deputado estadual do Estado, Wilson Santos, que foi Prefeito de Cuiabá, ele estava dizendo que quando ele era Deputado federal ele se unia com os Deputados de Rondônia para fazer o trabalho entre Rondônia e também o Estado do Mato Grosso. Por que nós não podemos fazer isso?

Então, nobres companheiros, eu quero pedir a Vossas Excelências que no dia desta audiência, Deputado Adelino, estejamos todos nós aqui presentes, onde vai estar aqui o representante do DER, nós iremos cobrar para que nós possamos receber esse presente desta BR-364. Então, a gente vê que você passou de Vilhena para lá são outras estradas, outra BR, e outra realidade, quando causa qualquer problema na BR a empresa que executou a obra da BR-364 no Mato Grosso volta para trás e vai consertar os buracos, então é isso que nós temos que ter aqui em Rondônia, nós erguemos nossa cabeça e lembrar que nós estamos aqui sendo Deputados estaduais não é somente para olhar as estradas do Estado, mas é para olhar para o nosso povo, povo sofrido que muitas vezes, Deputado Lazineiro da Fetagro, não consegue *'ah eu tenho que ir lá em Jaru, mas eu tenho que marcar horário de sair de casa senão vai ser patrolado'*.

O Sr. Luizinho Goebel - Um aparte, nobre Deputado Só na Bença?

O SR. SÓ NA BENÇA – Concedo o aparte, Deputado.

O Sr. Luizinho Goebel - Esta semana, Deputado, eu inclusive tinha me inscrito e exatamente o meu discurso era para falar da BR-364, todas as semanas eu faço o trecho Vilhena/Porto Velho-Porto Velho/Vilhena, e há muitos anos a gente vê essa mesma história da recuperação da 364, inclusive eu particularmente já fui ao DNIT em Brasília, acompanhei parte da nossa bancada federal, já vi reportagens aqui onde que o General Prates, se não me engano, que era responsável pelo Ministério dos Transportes, também esteve aqui verificando essas obras, e hoje exatamente na minha caminhada, saí ontem de Vilhena, pernoitei lá em Presidente Médici, cheguei hoje aqui pela manhã e eu comecei a reparar que eles

começaram a fazer novamente alguns pequenos reparos, alguns tapa-buracos, e aí eu vinha pensando: quantas vezes já foi feito esse trecho, já foi feito esse reparo, perto da cidade de Vossa Excelência, Deputado Só Na Bença, Pimenta Bueno, que o próprio Deputado Cleiton falou daquela ponte de Pimenta a Cacoal, de Cacoal a Médici, essa região aqui de Jarú, hoje a estrada está uma colcha de retalhos, ela está totalmente destruída, não tem mais estrutura, e eu pensando exatamente nisso, eu acho que nós temos que ir além. Eu queria aqui fazer um pedido, um pedido especial ao Ministério Público Federal, o Ministério Público Federal de Porto Velho, o Ministério Público Federal do centro do Estado de Ji-Paraná e também o nosso Ministério Público Federal lá do município de Vilhena, esses órgãos que têm feito um grande trabalho em defesa da população do Estado de Rondônia é a hora de eles entrarem no jogo para ver o que é que está acontecendo. Porque não é possível, o povo de Rondônia, o povo brasileiro que transita nessa rodovia federal ter prejuízos materiais incalculáveis com deslocamento de pneu, consumo de freio, peças de manutenção, enfim, todo tipo de adversidades que essas estradas apresentam, trazem prejuízos materiais para as pessoas, mas depois nós vamos para aqueles prejuízos pessoais e que muitas vezes, Deputado Follador, são irreparáveis para a vida, pessoas mutiladas, mortes e mais mortes todos os dias, todo dia que você abrir um meio de comunicação, que você acessar, você vai ver o noticiário de acidentes e de mortes, o custo para o tratamento dessas pessoas acidentadas é altíssimo e Vossa Excelência sabe do que eu estou falando porque trabalha muito na área da saúde e sabe que um tratamento de um acidentado muitas vezes ele passa mais de um ano num leito de um hospital e isso aí tira o direito de centenas de pessoas que poderiam ficar internadas um dia, dois dias buscando um tratamento de saúde nas nossas unidades hospitalares. Então, não dá para acreditar, que há 40 anos, Deputado Airton Gurgacz, quando vocês começaram a história aqui no Estado de Rondônia, do Território para Estado, se construiu com máquinas muito diferentes das de hoje, hoje nós temos modernidade, máquinas modernas, escavadeiras hidráulicas que naquela época nem existiam, e hoje eles não conseguem reparar a BR-364, sendo que há 40 anos se construiu a 364. E aí nós nos perguntamos: “para onde estamos indo”? “Que País é esse que em vez de nós avançarmos nós estamos retroagindo, em vez de nós irmos para frente nós estamos indo para trás? É vergonhoso. E por que eu falei do Ministério Público Federal? Porque é uma instituição que eu acredito, é uma instituição que já deu demonstração de moralização em muitas vezes e que eles deveriam entrar e acompanhar essas obras. Por quê? Porque se um engenheiro vai fiscalizar a obra, recebe a obra, a obra é paga, ele tem a responsabilidade técnica, responsabilidade técnica que o engenheiro assina, o engenheiro também tem que ser responsabilizado, tem que ser responsabilizado o engenheiro, as empresas, o Governo, através do departamento quando contrata obra, porque nós não podemos aceitar mais o povo pagar e pagar caro para ter prejuízo material e prejuízo pessoal que muitas vezes pode lhe custar a própria vida.

Então, parabéns, Deputado Só Na Bença, e é um apelo, é um apelo que nós estamos fazendo para as nossas autoridades, porque o povo não tem mais força, o povo não

tem sequer mais esperança e não tem força para brigar, para se defender de um direito constitucional que é o direito de ir e vir e que hoje nós não podemos falar que esse direito constitucional está assegurando. Obrigado, Deputado Só Na Bença.

O SR. SÓ NA BENÇA – Obrigado, Deputado Luizinho Goebel, por esta palavra, esse aparte tão importante.

Eu quero pedir ao Presidente da Assembleia, o Deputado Luizinho falou uma coisa importante, Excelência, essa Audiência Pública, nós precisamos mesmo do Ministério Público estar presente porque nós cobramos aqui, Deputado Luizinho...

O Sr. Laerte Gomes - Vossa Excelência me concede um aparte? Eu prometo que é só um aparte, não é um discurso igual o Deputado Luizinho fez, não.

O SR. SÓ NA BENÇA – Eu vou conceder um aparte para Vossa Excelência poder falar dois minutos, menos um. Eu concedo o aparte.

O Sr. Laerte Gomes – Deputado Só Na Bença, Vossa Excelência, com seu jeito simples e humilde, mas uma competência, uma capacidade enorme, traz esse tema a esta Casa, que nós, semana passada, já foi debatido através do Deputado Adelino, que sabiamente requereu essa Audiência Pública, com certeza todos que estiverem aqui em Porto Velho vão participar, que é de interesse de todos.

Na verdade, nós temos a nossa BR, hoje 364, é uma BR verdadeiramente assassina. Ano passado foram cento e poucas pessoas que perderam a vida em acidentes, Deputado Cleiton, nós trafegamos toda a semana indo e vindo, daí assim como os milhares e milhares de pessoas, e é importante o DNIT se posicionar, não é? Porque hoje nós temos um processo licitado já, Deputado Lebrão, no Ministério dos Transportes, que é a duplicação dos pontos perigosos, as curvas, os morros, já está licitado de Vilhena até Porto Velho em vários lotes e suspensão por falta de dinheiro, com certeza. E as prioridades são outras, mas fizeram o projeto e licitaram, a suspensão é por falta de recursos, depois eu até vou entrar num tema aqui que é bem complexo, acho que casa um pouco com isso, que é onde tem muito dinheiro, talvez o Governo não tenha coragem de cobrar.

Então, Deputado Só Na Bença, parabéns por esse tema. Eu acho, Deputado Adelino, não sei se vou estar aqui na quinta, mas Vossa Excelência com certeza vai cobrar isso, o porquê ou não do início dessas obras de duplicação, porque se avaliar e analisar os acidentes acontecem quase sempre nos mesmos lugares nos pontos perigosos, ou curva ou os morros, não é? Então, é necessário, eu acho que vai ser importante essa Audiência, eu parabeno Vossa Excelência por trazer esse tema, mais uma vez, a esta Casa que mostra que está preocupado com a população de Rondônia, mesmo não sendo uma responsabilidade do Governo estadual e nem do Poder Legislativo estadual, que é do Governo Federal, mas é função nossa aqui cobrar e ecoar na voz do povo junto aos meios aí de comunicação e a gente espera que a bancada federal e o Governo federal se posicionem sobre isso.

O SR. SÓ NA BENÇA – Obrigado, Deputado Laerte, por suas colocações. Concedo aparte ao Deputado.

O Sr. Lebrão – Agradecer o aparte, Deputado Só Na Bença, e pedir permissão do Presidente para falar já por Questão de Ordem, já que o tempo regulamentar já foi esgotado.

Eu quero parabenizar Vossa Excelência por abordar mais uma vez o tema que é da maior importância e que tem sido muito discutido na Assembleia Legislativa por vários Deputados, e eu parabeno o Deputado Adelino Follador, que vai promover essa Audiência Pública que é da maior importância para o Estado de Rondônia. Agora, o que a gente lamenta é o descaso do Governo Federal para com a malha viária de uma maneira geral, nas rodovias federais aqui dentro do Estado de Rondônia.

Eu não vou ter oportunidade de estar aqui na quinta-feira, mas gostaria que Vossas Excelências acrescentassem na discussão a 455, que liga a 364 até o município de Pimenteiras, que lamentavelmente encontra-se em péssimas condições. A 429 já está interditada desde a última sexta-feira no quilômetro 110, com uma ponte caída naqueles trechos de obras de artes que não foram concluídas na pavimentação da 429 que foi feita de péssima qualidade e que até hoje um joga a culpa no IFAM, outro diz que é a falta de recurso, outro que a empresa que não fez o serviço da maneira que deveria ser feito. Mas, lamentavelmente, hoje o município de Costa Marques está isolado graças à incompetência, ao serviço mal feito das pontes de madeiras que dão acesso àquele município nas laterais das pontes de concreto que até hoje não foram feitas as cabeceiras e nós já estamos aí com quase cinco anos de obra naquela rodovia.

A 421, que é também da terra do Deputado Adelino Follador, que liga Ariquemes até o município de Campo Novo, hoje o Governo do Estado está fazendo o trabalho que é de competência do Governo Federal nessas duas rodovias, rodovia Vilhena a Pimenteiras e rodovia Ariquemes a Campo Novo, lamentavelmente não dá mais para suportar isso. E a gente fala de acidentes que aconteceram. Eu tive o desprazer de assistir o Deputado Adelino Follador numa capotagem que por muita sorte hoje ele está aqui falando com a gente, mas eu vi ele capotar por duas ou três vezes na 364, então é um desprazer porque nós tivemos a oportunidade de ver. Lamentavelmente, são coisas que acontecem e por muita sorte o Deputado Adelino hoje está aqui, podendo inclusive questionar e discutir essa situação que aconteceu com ele mesmo.

Então, não dá mais para suportar esse descaso do Governo Federal para com o Estado de Rondônia, nós precisamos tomar uma providência. E o Deputado Luizinho Goebel colocou, e colocou muito bem, essa questão do Ministério Público Federal. Nós precisamos que aja com muita presteza para que a gente possa resolver de uma vez por todos esses problemas que afetam a população que vive no Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. SÓ NA BENÇA – Obrigado, Deputado Lebrão, pelas suas colocações...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Só Na Bença, só eu gostaria de parabenizar, realmente é um assunto que o Deputado Adelino levantou aqui também na semana passada, inclusive propôs uma Audiência Pública, eu não sei se já está oficializada. Quinta-feira próxima, às 09 horas, com

certeza muito importante, muito transtorno realmente tem causado essa BR pela má conservação. Mas, Deputado Só na Bença, parabéns, eu só gostaria que Vossa Excelência tivesse mais um minuto para concluir, o seu tempo regimental já esgotou e Vossa Excelência está de parabéns, que o seu discurso realmente é muito pertinente. Obrigado.

O SR. SÓ NA BENÇA – Obrigado. Quero aqui, para encerrar, agradecer a todos Deputados presentes, e eu acredito, Deputado Adelino, que Vossa Excelência possa, eu não sei se já foi convocado, convidando o pessoal do Ministério Público para que eles pudessem estar conosco aqui, eu vou estar presente, inclusive eu ia sair cedo daqui, voltando para Pimenta Bueno, mas eu vou fazer parte também dessa Audiência e quero aqui agradecer a presença do Vereador Joaquim, lá de Ji-Paraná, que está presente, ele não está aqui no Plenário, mas eu acredito que ele deve estar lá no meu gabinete nos assistindo. Muito obrigado, conte com o Deputado Só na Bença. Obrigado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Concedida.

O SR. LEBRÃO - Gostaria de registrar e agradecer a presença do Exmo. Senhor Vereador José Andrade, lá da Câmara Municipal de Ariquemes, e da mesma forma a Exma. Sra. Vereadora Cléa Nogueira, da Câmara Municipal lá de Campo Novo. Sejam todos bem-vindos, nos sentimos muito honrados com a presença do senhor e da senhora e de todas as pessoas que ocupam assento dentro da galeria desta Casa. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao ilustre Deputado Laerte Gomes, por vinte minutos, com apartes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, público aqui na galeria, nossos internautas que estão em casa nos acompanhando através da TV Assembleia.

Eu gostaria, primeiramente, antes de entrar no tema principal do meu discurso, senhor Presidente, gostaria só de registrar aqui que esse final de semana nós estivemos andando, essa última semana, os últimos 3, 4 dias da semana, nós estivemos andando em vários municípios do Estado neste período de filiação dessa pré-campanha já, e lançando algumas pré-candidaturas a Prefeito no interior do Estado de Rondônia.

Gostaria de registrar que o lançamento da pré-candidatura pelo PSDB, no município de Castanheira, do ex-Prefeito Alcides. Alcides Zacarias já foi Prefeito daquele município. Gostaria também de anunciar aqui a pré-candidatura a Prefeito no município de Presidente Médici do Dílson Alencar, do PSDB, inclusive lá até, Deputado Lebrão, estranho que já fecharam a pré-candidatura de prefeito e vice, o vice, Deputado Adelino, o Zé Ribeiro, colega nosso, prefeito duas vezes no município de Presidente Médici e do PMDB e é o pré-candidato a vice, inclusive o Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia, esteve no evento conosco, acho que o Deputado

Edson, o nosso Presidente aqui neste ato, esteve um dia depois lá também, fortalecendo e visitando.

Então, foi uma festa muito bonita, o nosso Presidente Regional, o Expedito Júnior, também esteve presente no município de Presidente Médici, o Deputado Luizinho ligou lá na hora, foi anunciado o seu apoio também a este projeto no município de Presidente Médici. Estivemos em Alvorada, uma pré-candidatura do Wálter, ex-Prefeito do município. Estivemos em Seringueiras, onde filiamos o Helivelton Holanda, o Mega Sena do PSDB como pré-candidato a Prefeito também do município de Seringueiras; Costa Marques, a ex-Prefeita Jaqueline; estivemos no sábado no município do Vale do Paraíso, onde o nosso chefe de gabinete se filiou ao PSDB também, o ex-prefeito Charles daquele município e lançou a sua pré-candidatura a Prefeito e no município de Teixeiraópolis, o Josmar, Presidente da Câmara, também filiado ao PSDB e também pré-candidato a Prefeito, e em Nova União o João Sena, que é o nosso pré-candidato também do PSD lá, que é pré-candidato da nossa coligação lá.

Em Ji-Paraná, nós fizemos a nominata do PSDB, foi uma nominata muito boa dos pré-candidatos a Vereadores e a gente tem expectativa de eleger lá no município de Ji-Paraná no mínimo 03 Vereadores.

Mas, o que me traz aqui, Senhor Presidente, hoje, nesta tribuna, é uma questão importante. Importante para o Estado, importante para o Brasil. Nós já tivemos até uma pauta aqui nesta Casa, uma CPI para investigar isso, mas ela infelizmente não foi possível de ir à frente, que é a questão das dívidas de impostos e da sonegação. Eu estava fazendo uma pesquisa no Brasil. O Brasil tem, só na sua dívida a receber, Deputada Lúcia, ex-prefeita Lúcia, um bi não, um trilhão e meio para receber de impostos de empresas que já estão na dívida ativa da União. Sendo que, senhor Presidente, os 500 maiores devedores do Brasil juntos devem algo em torno de quatrocentos bilhões de reais. E a gente vê o Governo falando da recriação da CPMF para arrecadar sessenta, setenta bi.

Então, Senhor Presidente, a sonegação e a falta de pagamento dos impostos que hoje acontecem têm sido um mal, um mal terrível para as finanças públicas, para o Poder Público. Para tentar resolver o problema o Governo vende para os brasileiros a ideia de que é necessário se sacrificar a população, segundo esse discurso é obrigada a suportar o aumento de impostos e a precarização dos serviços públicos para que o país possa sair da crise econômica em quem foi colocado.

O que o Governo não conta é que existem outros caminhos para fechar essa conta, existem meios que não cobram do cidadão como a solução para uma crise que não foi ele que a criou. Para muitos é ainda um mistério as razões para que o Governo não concentre esforços do combate à sonegação e na cobrança dos débitos tributários inscritos na dívida ativa da União. Se os valores sonegados, os que não foram pagos, fossem reavidos pela economia brasileira, não seria necessário aumentar impostos, nem cortar investimentos. O montante a ser recuperado supera, e muito, o valor necessário para equilibrar, Deputado Lebrão, o orçamento e passar a ter economia superavitária. A sonegação e a falta de pagamentos de impostos são o tipo de corrupção que mais sangra a economia brasileira em levantamento da TJN, uma

rede internacional da justiça fiscal, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de sonegação no mundo. Se entendermos o enfoque para toda dívida ativa da União, que é o foco aqui do nosso pronunciamento, que representa o dinheiro que o Estado brasileiro tem a receber judicialmente das pessoas jurídicas principalmente, chegamos à assustadora cifra de mais de um trilhão, que é um trilhão e meio em débitos tributários até o mês de julho. E como eu disse, Deputado Lebrão, as quinhentas maiores devedoras do Brasil hoje devem, Deputado Luizinho, quase quinhentos bilhões de reais. Se fosse um pequeno já tinham fechado as portas deles. Precisa lembrar que a sonegação e a falta de pagamento de imposto estão diluídas nesse processo, os brasileiros que quitam seus impostos em dia não podem continuar pagando a conta daqueles que não pagam. E o pior, sem sequer ter consciência de que os valores cobrados são tão altos devido à inadimplência dos outros, essa é uma revolta justa, o brasileiro comum tem seus impostos retidos na fonte e paga um pouco mais a cada compra que realiza. Esses são impostos que não é possível sonegar, os maiores devedores do Estado brasileiro, ao contrário são grandes empresas que se aproveitam da leniência das leis ou da ineficiência da fiscalização e cobrança do pagamento de impostos.

O Sr. Lebrão – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Lebrão.

O Sr. Lebrão – Agradecer o aparte, parabenizar por trazer esse tema a ser discutido aqui na Assembleia Legislativa, isso é o resultado do capitalismo brasileiro e selvagem que lamentavelmente encontra-se à deriva. Isso é o resultado da alta taxa tributária praticada no país hoje que se torna inviável na maioria das vezes a manutenção das pequenas e médias empresas, e aí gera esse déficit que é altíssimo. Se nós fizermos hoje um levantamento dentro do Estado de Rondônia, Vossa Excelência terá uma surpresa acredito que muito desagradável. Eu acredito que a inadimplência hoje no Estado de Rondônia, se não atingir meio bilhão de reais, ela vai aproximar, e aproximar muito, desse percentual. Então, lamentavelmente, a política hoje que se pratica no Brasil é em cima da carga tributária, ela é de certa forma desleal, então quando se aumenta mais impostos, mais aumenta a inadimplência, certamente teria que acontecer por parte do Governo Federal um parcelamento para poder receber, arrecadar parte desses impostos devidos e não é diferente no Estado de Rondônia, todos os anos o Governo do Estado tem feito esse parcelamento e de certa forma está sendo viável. Mas, lamentavelmente, isso só vai acontecer quando nós tivermos um Presidente da República realmente nacionalista, alguém que se incomode com a população brasileira e que tenha vontade de administrar para o povo, não administrar para empresários, administrar para meia dúzia de pessoas que fazem conchavo para se enriquecer às custas da Federação, às custas do Estado, elaborando, implantando empresa fantasma e logo em seguida fazendo a falência dela e que lamentavelmente quem paga com isso é o povo. E se nós fizermos um levantamento das grandes obras que aconteceram nesse país, Vossas Excelências terão a certeza de aquilo que estou falando é pura verdade. Eu vou fazer

inclusive uma colocação e Vossa Excelência ainda era Prefeito quando iniciou a obra da BR-429, e nós tivemos uma empresa chamada *Fidexis do Brasil*, lamentavelmente era uma empresa laranja, certamente essa dívida está embutida dentro desse percentual que Vossa Excelência hoje coloca na tribuna desta Casa. Vossa Excelência está de parabéns, é um tema que tem que ser discutido em nível federal, em nível estadual, em nível municipal, para que a gente possa melhorar a arrecadação deste Estado, dessa federação e certamente melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Parabéns, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Lebrão, Vossa Excelência está coberto de razão, se Vossa Excelência vê só, e eu vou entrar agora na questão do Estado, aqui na questão do Estado, mas Vossa Excelência percebe que de todo montante, Deputado Adelino, Deputa Lúcia, que a União, estando na União, agora tem a receber dois terços, estão nas mãos de dois terços as quinhentas empresas devem. De um bilhão, de um trilhão e quatrocentos bilhões, dois terços disso estão em 500 empresas. Então, se essas empresas pagassem o seu compromisso, porque elas arrecadam o imposto do cidadão e retêm, e não é delas, é do Governo, mas elas ficam com aquilo para elas. Se pagassem, com certeza nós poderíamos ter uma carga tributária, Deputado Lebrão, muito menor e o cidadão comum poderia, o cidadão trabalhador, cidadão comum poderia pagar muito menos impostos.

Então, antes de entrar aqui na questão de Rondônia, Deputada Lúcia, depois Deputado Adelino, Deputado Edson.

A Sra. Lúcia Tereza – Eu quero agradecer o aparte e dizer que assim que o senhor fez a primeira parte do seu discurso, quero acreditar que o senhor tem dados do nosso Estado, o Deputado Lebrão, no aparte dele incluiu o meu pensamento e a minha fala. Mas mesmo assim eu gostaria de frisar mais uma vez, sempre serei contra aumento de impostos, justamente por causa dessas medidas, dessa situação que se você aumenta o imposto, as mesmas empresas, as mesmas pessoas jurídicas vão continuar devendo, porque nunca acontece nada. Então, é uso e costume já, e quem fica, quem paga o aumento de imposto são aqueles que sempre pagaram e cumpriram com seus compromissos, por isso eu sou contra. Até então eu era contra o REFIN, o REFAZ, eu sempre fui contra em premiar quem não paga mensalmente, anualmente seus impostos. Eu sou contra, mas vi que é uma alternativa plausível para que possa sanar, porque têm dívidas, a gente sabe quem pagar a vez. E tem muitos processos, que às vezes a empresa por estar mal direcionada ou mal assessorada, paga imposto até que ela não deve tudo, então às vezes é impagável. Mas o REFAZ, o REFIN dá essa oportunidade de arrecadar pelo menos o principal, tirando juros e correção.

Mas Vossa Excelência traz esse assunto em pauta, Deputado Laerte, e o aparte do Deputado Lebrão é justamente aquilo que a gente pensa e as pessoas comentam no dia a dia, e é verdade. Só gostaria que Vossa Excelência, que já trouxe esse assunto em pauta, que nós pudéssemos ver a situação mais precisa do Estado e que nós tivéssemos uma alternativa, como disse o Deputado Lebrão, para que a gente recebesse pelo menos o principal e não só premiasse quem não paga, mas premiar quem cumpre seus compromissos, não aumentando imposto.

Então, eu gostaria de não só parabenizar Vossas Excelências, o Deputado Lebrão e Vossa Excelência, pelo discurso, mas estar junto com os senhores, é meta que o povo espera que a gente faça alguma coisa para as pessoas que com sacrifício pagam seus impostos em dia.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Lúcia. Vossa Excelência está coberto de razão. Eu acho que o Estado, nós temos que reconhecer que até a União, o Governo do Estado, tem buscado, tem tentado criar mecanismos para ver se as empresas aderem e pagam REFIN, REFAZ. Só que as grandes empresas, Deputado Lúcia, não aderem a esse programa porque não querem pagar. Ou se aderem, pagam a primeira parcela e depois não pagam mais, para pegar a certidão, porque não têm interesse de pagar. E aí, Deputado Lebrão, vou entrar aqui, agora, no discurso aqui de Rondônia, na questão do nosso Estado, mas já vou lhe adiantar que não são R\$ 500 milhões que nós temos na dívida ativa. Vossa Excelência achou e eu também achei que era isso. Agora, fazendo o discurso, eu falei com o Ono, Secretário de Fazenda, que eu tinha ligado para ele, o Wagner estava em reuniões, nós temos R\$ 5 bilhões na dívida ativa em Rondônia, quase o orçamento de um ano inteiro, o orçamento de um ano inteiro do Governo. Cinco bilhões, Deputado Adelino, cinco bilhões! E essa falta de pagamento, que são impostos que o cidadão trabalhador pagou e que as empresas, em vez de pagar, em vez de devolver ao Governo, aliás, repassar ao Governo para que o Governo repasse ao povo, através de ações e obras, retêm, ficam para eles. Na verdade, roubam esse dinheiro para eles, essa é a palavra verdadeira.

E aí, senhor Presidente, essa falta de pagamento de impostos, principalmente das grandes empresas, ela é tão mais cruel do que a corrupção. Esse dinheiro que poderia ser investido na nossa combalida saúde pública, no nosso sistema educacional, na infraestrutura dos nossos municípios, das nossas rodovias estaduais, seria só fazer as cobranças, ajuizar que não haveria, senhor Presidente, se esse dinheiro entrasse nos cofres públicos do Estado, eu tenho certeza que não haveria necessidade de nós estarmos votando aqui aumento de impostos, como nós votamos. Era só essas empresas cumprirem com pelo menos 20% do que devem, não precisava mais. Nós votamos impostos aqui nesta Casa, Deputado Edson, votamos impostos aqui nesta Casa, Deputado Ribamar, com a perspectiva, devido à queda de arrecadação, que nós sabemos que houve, com a perspectiva de arrecadar algo em torno de R\$ 200 milhões. E nós estamos falando aqui de R\$ 05 bilhões, R\$ 05 bilhões que tem na dívida ativa do Estado para receber. E mais de dois terços disso na mão de grandes empresas, na mão de grandes empresas aqui no Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Laerte, eu só queria parabenizar Vossa Excelência, realmente discurso é muito pertinente esse tema que Vossa Excelência traz a esta tribuna, porque nós sabemos que às vezes o pequeno, quando

ele não consegue pagar o imposto, ele logo fecha as portas. Ele fica inadimplente, ele não consegue uma licença de operação e aí ele para. E os grandes empresários, cada um no seu ramo de atividade, eles negociam as dívidas, parcelam às vezes, e não fazem nem o primeiro pagamento, tiram a licença e continuam sonhando.

Então, Deputado Laerte, Vossa Excelência está de parabéns, eu também acho que antes de aumentar o imposto é muito bom que houvesse a possibilidade de negociar, eu acho que não é o REFAZ, não é REFIZ que vai resolver o problema, mas que Vossa Excelência de repente pudesse, nós na condição de legislativo, acho que nós podemos legislar sobre essa situação e propor até uma lei impedindo para que o Governo do Estado pudesse não emitir a licença de operação através da SEDAM ou do meio competente, a SEFIN, para as empresas que estivessem operando com a inadimplência enquanto elas não apresentassem um plano de redução de suas dívidas. Eu acho que nós não podemos colocar a faca no pescoço de ninguém, eu sou contra, porque vai gerar desemprego, com certeza, mas pelo menos as empresas que devem impostos que estão atrasados que elas apresentem uma proposta, como é que poderia reduzir, amortizar essa dívida ao longo do prazo, porque senão com certeza a inadimplência vai crescendo a cada dia.

Então, Vossa Excelência está de parabéns. E gostaria que Vossa excelência, como traz esse tema, que nós pudéssemos, com certeza seria uma lei que não oneraria e não estaria dando isenção nenhuma e nem onerando, mas simplesmente regulamentando no sentido de que todas as empresas que estivessem inadimplentes no Estado pudessem conseguir uma licença de operação, cada uma nos seus ramos de atividades para estarem operando, elas tivessem que apresentar para o Estado um plano de redução das dívidas contraídas junto ao Estado. Seria essa a minha parte. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Edson, e é bom lembrar também, Deputado Hermínio, que esse imposto que nós estamos falando aqui é imposto que já está embutido ou na prestação de serviço ou na mercadoria na prateleira. Que essa parte do imposto o comerciante, o empresário coloca, mas sabe que é do Governo, sabe que é do Poder Público, recebe no seu caixa e não paga a sua obrigação, na maioria os grandes. O Deputado Edson muito bem colocou aqui, Deputado Luizinho, quando o pequeno não paga, vai lá e fecha as portas dele. Então, é bom lembrar disso, que esse recurso que é do FISCO, que na verdade as empresas retêm como se fosse deles. Esta, senhor Presidente...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Um aparte, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Segundo os estudos, Deputado Lazinho, eu vou passar, só concluir aqui para passar. Segundo os estudos, é o pior tipo de corrupção que existe, e muitos, muitos, ainda que a gente vê aí, apontam o dedo, Deputado Lebrão, apontam o dedo e pagam de moralistas e de honestos e quando você vê cometem esse tipo de corrupção que é o pior, que é a pior de todas.

Mas eu acredito, Deputado Lazinho, acredito que aqui em Rondônia, eu já tive informações, o próprio Ministério

Público, Deputado Edson, já está se posicionando sobre isso, já está investigando para que possam reaver pelo menos parte desse dinheiro, que é público, para os cofres do Estado, até porque isso é crime e com certeza devem ser penalizados criminalmente.

Esta Casa, senhor Presidente, aqui o nosso vice-Presidente Deputado Edson, ela precisa se mobilizar e agir com urgência sobre este tema. Não podemos mais ficar aqui e com certeza os nobres Pares, Deputado Ezequiel, já vou passar para Vossa Excelência, os nobres Pares pensam como eu. Não podemos ficar aqui votando para aumento de impostos enquanto temos cinco bilhões de reais para ir atrás para receber. Que se recebermos 10% disso para o Estado, são quinhentos milhões, com certeza esse recurso vai ser muito bem utilizado aqui no Estado para investir na Saúde, para investir na Educação, para equilibrar as contas públicas tanto do Estado quanto dos municípios.

Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Laerte, parabéns pelo vosso discurso, a sua competência é transmitida através dele e a gente fica feliz em tê-lo junto conosco aqui. Eu estava aqui analisando muito rapidamente quando Vossa Excelência disse com relação à carga tributária que é enorme, e é. E dizendo aqui no Estado de Rondônia, não falou no Brasil, porque se a gente for levantar no Brasil o quanto tem de sonegação, aí...

O SR. LAERTE GOMES – Só de dívidas ativas um trilhão e meio.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Aí não vai ter um trilhão. Aí, ontem, Vossa Excelência estava comigo na Comissão instaurada da CPI em relação aos Frigoríficos. Aí nós vamos somar aqui, Deputado, e essa sonegação ela é da grande empresa, ela é do grande capital, empresas multinacionais, essas Rede Globo da vida que só ela é R\$600.000.000,00 de sonegação, e aí se nós somarmos a sonegação, somarmos os incentivos fiscais que são dados às grandes empresas no Brasil, nós vamos ver que a nossa população realmente está numa situação insuportável no país, só as duas empresas que V. Ex^a viu ontem, duas delas que ontem receberam no ano de 2015, duas empresas, de isenção fiscal, no Estado, 204 milhões de reais, nós precisamos analisar, Deputado Lebrão, tem alguma coisa errada, é sonegação de um lado, é isenção fiscal de outro, é o trabalhador sem saúde, sem educação, realmente a gente precisa analisar. Parabéns, nobre Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Lazinho. E como eu falei, Deputado Lazinho, V. Ex^a muito bem colocou, como eu falei, esta Casa não pode, não deve, nós ficarmos com essa questão de aumento de impostos porque foi necessário, a gente entende a necessidade, quando nós temos no Estado bilhões, bilhões de reais para receber, principalmente das grandes empresas de Rondônia que se apoderam do que não é seu, que é o dinheiro do imposto que já foi pago pelo cidadão e pertence ao Governo que deve retribuir em ações ao povo do nosso Estado. Eu observo e tenho acompanhado, Deputado Alex, tenho acompanhado, Deputado Edson, Presidente, o Governador do Estado Confúcio Moura no seu governo falar da

queda de receita, e é verdade, é fato, é verdadeiro, um malabarismo que está se fazendo para se manter o salário do servidor em dia, para se manter os compromissos, Deputado Luizinho, do Estado em dia e assim não é diferente com os municípios de Rondônia, a crise que se instalou nos municípios de Rondônia agora, chegou a hora então, nós estamos aqui propondo, arrumando, buscando um caminho para isso e eu acredito que o caminho é esta Casa se posicionar, se precisar criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar especificamente esse caso, eu acho que nós temos que ter coragem de criar que vamos estar ajudando o Governo do Estado, vamos estar ajudando municípios, vamos estar honrando a confiança da população, eu não tenho dúvidas nenhuma disso, e a gente também espera, conta que o Ministério Público também, Deputado Ezequiel Junior, que o Ministério Público também faça parte desse processo de investigação para apurar essa questão das dívidas aqui no Estado de Rondônia.

Então, eu queria, antes de finalizar, passar a palavra ao Deputado Alex Redano.

O Sr. Alex Redano - Deputado Laerte, gostaria de parabenizá-lo por tocar nesse tema tão importante e nós sabemos que está tocando na ferida de repente de muitas empresas que realmente sonegam quantidades grandes e também empresas que recebem esse incentivo fiscal para ter uma contrapartida e essa contrapartida não é dada e não é sentida pela população. O seu discurso hoje traduz o pensamento da população, quando V. Exª fala em aumentos de impostos, a primeira coisa que a pessoa pensa é por que eu? Por que o pequenininho? E o pequeno nós sabemos que não tem sonegação, ele já está embutido no pão, no refrigerante, no arroz, no feijão, nos produtos básicos, no combustível, no seu dia a dia ele já pagando esse imposto, então é muito importante a união desta Casa para fiscalizarmos as sonegações e também algumas isenções que não vem dando o retorno necessário à população, essa contrapartida. Então, meus parabéns, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Alex.

O Sr. Léo Moraes - Me concede um aparte, Deputado?

O SR. LAERTE GOMES - Deputado Léo.

O Sr. Léo Moraes - Gostaria de aproveitar o ensejo e parabenizar o Deputado Laerte pela coragem de trazer à tona dados e fatos tão importantes para o desenvolvimento e para o progresso do Estado de Rondônia, haja vista que nós temos algumas nuances não esclarecidas, nós temos algumas discussões que remetem às isenções fiscais que nós não sabemos quais os critérios objetivos adotados que partem muitas vezes do CONDER e isentam empresas de um determinado segmento e não isentam outras, nós devemos ter clareza e que participem do processo de modo que nós representantes, isto é, detentores de mandato eletivo possamos saber o que de fato acontece. Porque nos parece que ao obscuro do Estado anda também um Estado pujante, dinâmico, progressista e que promove sim distribuição de renda através de empregos do comércio. Então, nada mais oportuno do que

o Deputado Laerte trazer à tona esse debate e também conclamar os pares para que nós tenhamos a coragem necessária para, se necessário for, abrir essa *caixa de Pandora*, afinal nós queremos colaborar para que as coisas sejam encaminhadas no Estado de Rondônia, ao passo em que nós vemos desaceleração, nós vemos recessão econômica, nós vemos a oportunidade de criar e inovar através do Estado de Rondônia. É claro, é notório, é sabido que o progresso deste país passará pelas novas divisas, essas novas fronteiras que tanto se falam Rondônia, está inserida no coração dessa nova fronteira, não tem mais para onde crescer ao Leste, se cresce a Oeste, se cresce principalmente abrindo a fronteira do Pacífico para nós exportarmos e comercializarmos com a Ásia, assim como ter boa relação comercial como o Deputado Lebrão muito defende com os países circunvizinhos como a questão da 429 que nós temos que discutir, relação Bolívia, Beni, Trinidad, com o nosso Estado, isso é que é fomentar comércio, indústria, promoção social e logicamente que passa obrigatoriamente por esclarecimentos em relação as isenções fiscais porque uns recebem e outros não recebem, eis a questão. Parabéns Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Léo, e lembrando, Deputado Léo Moraes, Deputado Lazinho tocou nesse assunto, o Deputado Alex, que ainda o incentivo fiscal está documentado, aí cabe discussão, cabe uma análise. Agora, o grave que nós estamos falando aqui é das dívidas dessas empresas com o Estado, dívidas consolidadas que arrecadaram tributos que o cidadão pagou e não repassaram ao Governo, é esse o grande problema do Estado. Nós estamos falando, Deputado Lebrão, de algo em torno de cinco milhões, que esta Casa tem por obrigação de contribuir com o Estado, com o Governo, seja qual for o Governo que tiver de contribuir e ajudar apurar isso, e ajudar a arrecadar isso para que seja investido em forma de investimentos nos municípios para o bem-estar da população.

Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero parabenizar o Deputado Laerte por esse seu posicionamento, pela sua cobrança em cima de uma coisa que parece simples, mas muito importante para o Estado de Rondônia, aonde pode ajudar mais a saúde, educação, a segurança pública e nós tivemos aqui, o Deputado Lazinho sabe muito bem, no Mato Grosso, aonde essa CPI funcionou e hoje está arrecadando milhões, inclusive tem muita gente na cadeia, de uma CPI onde se trata dos incentivos fiscais e isenções, isenções e sonegações de impostos. Então, é um setor muito importante, aqui já foi falado uma CPI, inclusive sábado eu estive com o Presidente do PMDB, Tomás Correia, lá em Jaru, e eu falei que cometeu o maior erro o Governo quando não deixou fazer essa CPI investigando, não é sobre o Governo Confúcio, é sobre a situação do Estado de Rondônia e eu tenho certeza que ajudaria muito o Estado de Rondônia, e o Deputado Laerte Vossa Excelência falou assim: *“E o dinheiro que é do Governo”*. Não, esse dinheiro aqui é do povo, esse dinheiro não é do Governo não, é do povo que deixa de ser arrecadado.

Então, eu concordo, se tiver alguém que tem dificuldades, que crie um incentivo, até tire um pouco das multas

e tal para poder dar oportunidade de se atualizar, até dar uma, isentar a questão de juros, de multa, quem sabe, Deputado Luizinho, para que o pessoal, quem quer se regularizar se regularize, dar oportunidade, mas tem que executar. Imposto, não é justo que uma empresa arrecade 100% do imposto e outro não arrecade nada ou arrecade 50%, é injusto, porque esse imposto foi cobrado do consumidor, ele não é mais do empresário.

Então, eu acho que nós temos que todo mundo pagar o imposto para que todo mundo pague menos imposto. Nós não podemos jamais onerar mais em cima daqueles bons pagadores, o mau pagador ele está contribuindo para que você cobre mais do bom pagador e quando o Estado precisa arrecadar, o Governo Federal, o município, eles vão em cima do bom pagador. Então, tem que ir atrás dos maus pagadores, aqueles que não querem pagar, para evitar em aumentar a arrecadação. Então, eu quero parabenizar o Deputado Laerte, eu acho que nós temos que refletir sobre isso e nós não estamos aqui na caça às bruxas, não, mas eu acho que tem que ser justo, ser justo é cobrar, se for cobrar de um, cobrar do outro também.

Então, com certeza, parabenizar o Deputado Laerte por esse seu pronunciamento muito importante hoje nesta Casa. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Adelino. E quando eu falo que o imposto é para o Governo, porque o Governo representa a população que votou, mas logicamente está coberto de razão, é investido em benefício, em ações para a melhoria de qualidade de vida da população. Então, esse recurso, o grande empresário, o empresário que deve ele é justamente, ele é simplesmente um fiel depositário disso, ele tem que repassar esse tributo ao Fisco e o Fisco devolver em ações à população. Então é esse o intuito do nosso discurso, eu acho, Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, que nós temos a responsabilidade nesta Casa, que nós precisamos apurar, concordo com o Deputado Adelino, foi cometido um erro nesta Casa em abortar aquela CPI, não era necessário, eu acho que em contrato que já existem com empresas que tem incentivo fiscal que já foi consolidado isso não tem que mexer, agora, nós podemos investigar os contratos mal feitos como está sendo feito no Mato Grosso, nós podemos investigar a sonegação como está sendo feito no Mato Grosso, e podemos investigar as dívidas, os impostos que empresas não pagam.

Então, eu espero que esta Casa verdadeiramente se posicione, eu acho que como representante da sociedade do povo que nós somos, nós temos por obrigação, nós não podemos deixar um montante deste, mais de cinco milhões, só nas costas do Governo querer receber, o Governo não tem estrutura para correr atrás disso, nós como Poder Legislativo temos a obrigação e o dever de auxiliar o Governo no recebimento desses tributos, juntamente, logicamente, com o Ministério Público e com os demais órgãos de controle.

Deputado Ezequiel.

O Sr. Ezequiel Junior – Deputado Laerte, parabéns pelo pronunciamento, pelo tema tão relevante para o povo rondoniense que Vossa Excelência traz à tribuna nesta tarde. E realmente se falar em aumento de impostos com tantos

recursos que o Estado poderia ter recebido de empresas que infelizmente estão devendo, é lamentável. E quero dizer o seguinte: se tiver dificuldade para de repente a instalação de uma CPI, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, quero colocar a nossa Comissão à disposição do senhor e dos demais Parlamentares desta Casa, porque esta é uma Comissão que ela foi criada por força de uma Lei, então ela tem uma força muito grande, está à disposição para a gente abrir essa caixa preta.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, vou finalizar, Presidente, e agradeço a sua gentileza em permitir eu passar do tempo, e fico grato porque esse tema, e eu já sabia disso, é preocupação de todos os nobres colegas, os Parlamentares.

Então, eu queria finalizar agradecendo aqui a paciência, dizendo que nós temos uma missão e o dever é de exercer o nosso papel como Parlamentar e fiscalizar, Deputado Hermínio, não se pode mais no momento de crise que nós estamos vivenciando no Brasil, e Rondônia não é diferente, falar em aumento de tributo sem antes fazer o dever de casa, que é cobrar o que tem para receber. Espero que esta Casa se posicione, espero que nós possamos, juntos com o Governo do Estado e o Ministério Público, a gente fazer esse papel de tentar resgatar, não com a faca no pescoço, não, tentar discutir, apurar e ter propostas aqui para receber esses recursos, para que possa entrar nos caixas já combalidos do Estado, possam ser feitas ações que beneficiem a população.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Deputado Laerte, pelo discurso realmente tão importante, um assunto muito pertinente que Vossa Excelência traz a esta tribuna.

Só uma Questão de Ordem. Eu queria só fazer um comunicado aqui de um Projeto de Lei de nossa autoria, que é o Projeto de Lei 123/15. Esse projeto de lei, Deputado Hermínio, que nós apresentamos aqui o ano passado, todos os colegas Deputados votaram conosco. Nós apresentamos um projeto de lei que se torna obrigatório o Estado de Rondônia promover a realização de um concurso de remoção dos servidores públicos, civil, militar, a todos os servidores do Estado de Rondônia. Foi bastante discutido aqui no dia e hoje eu conversando com o Comandante Geral vai ter a posse agora de mais de 400 policiais, eu mesmo tinha alguns policiais de outros municípios que me pediram que gostariam de remover para algum município e hoje nós temos aqui a Lei 123/15, Deputados, que essa Lei já torna-se obrigatório ao Governo do Estado antes de lotar esses 400 policiais que são os novatos, ele dá prioridade a esses mais antigos que estão servindo lá nos municípios para transferirem, a optar pelo eixo da BR para a cidade. Eu acho que é um projeto importante porque é um pedido que sempre vem para mim, e eu acredito também para outros Deputados, e eu apresentei na época, eu acho que é importante, que vai deixar os servidores de virem pedir aos Deputados, professores, militares, policiais civis, e vão usar de uma lei que eles vão ter esse direito assegurado. Por isso eu gostaria de deixar aqui esse comunicado para todos os Deputados, que algum servidor que procurar ser removido tem esse direito hoje assegurado em Lei, que essa lei que todos os

Deputados aprovaram aqui nesta Casa e já está em vigor. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem ao Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Registrar e agradecer a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Milton do Mercado do Povo, Presidente da Câmara lá de Seringueiras; da mesma forma, do Excelentíssimo Vereador João da Sucam, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Seringueiras, e também o Vereador Deroz Gomes, que vem em comitiva, juntamente com o Prefeito Armando, aqui em busca de recursos para o seu município. Sejam todos bem-vindos, é uma honra recebê-los aqui neste Parlamento avançado, Assembleia Legislativa, sejam todos bem-vindos.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem para o ilustre Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria, estava conversando com a Deputada Lúcia, que falou comigo, estava falando comigo e estava falando também com o Deputado Léo Moraes e com o Lázinho para, se o projeto tramita na Casa, eu não sei se chegou hoje, que parece que foi lido, com relação aos nossos servidores do Estado, aos professores, que a gente vote hoje, se o sindicato estiver de acordo, os trabalhadores estiverem de acordo para que coloquem na pauta para a gente vota hoje. É um pedido.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Com certeza, Deputado Edson, eu também faço parte da Educação, nós já conversamos com a Lúcia, também acho que devemos votar, já que há entendimento do Governo com a categoria, esse projeto já era para ter votado o ano passado, eu concordo, que parece que todos os companheiros são a favor que a gente vote logo para que este mês já entre na folha, que é uma ansiedade da população, principalmente da Educação. A nossa presidente também...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, Presidente? Queria cumprimentar aqui o Manoelzinho, Presidente do SINTERO, e também todas as pessoas da diretoria da SINTERO que estão aqui na pessoa do Nereu Klosinski. E mais uma vez reafirmo aqui a forma lisonjeável que tem conduzido o Sindicato o Manoelzinho. Esteve aqui com a nossa Presidente da Comissão de Educação, Deputada Lúcia Tereza, apresentou todo o projeto, é o acordo firmado entre Governo, Assembleia, mas que os servidores aprovaram que, entendem que este projeto contempla os servidores de hora, é natural que nós vamos continuar lutando, vamos continuar buscando, mas já é mais um passo, é mais um avanço aos nossos honrosos servidores da Educação do Estado e Rondônia.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, registrar o grande trabalho e, acima de tudo, enaltecer o trabalho do Sintero, na

pessoa do Manoelzinho, porque isso nós buscamos muitos anos e encontramos exatamente na pessoa do Manoelzinho, que joga de uma forma clara, de cartas na mesa, no diálogo, aperta aqui, quando é necessário arrochar, arrocha, quando é necessário apertar, aperta, mas sempre de uma forma educada, de uma forma sensata, porque sabe e reconhece também as limitações que nós Parlamentares temos, porque a vontade de contemplarmos todos os servidores do nosso Estado ela é muito grande, porque é exatamente como servidor da Educação, Presidente, que nós confiamos a educação dos nossos filhos, muitas vezes os nossos filhos eles ficam mais aos cuidados dos servidores da Educação do que da própria família, e isso é uma demonstração de confiança que nós temos nos servidores da Educação e por isso que nós temos a grande vontade de contemplar, e contemplar muito bem, os nossos servidores.

Mas, nós temos as nossas limitações financeiras, nós temos as nossas legislações, que também muitas vezes nos barram, como posso citar aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas no senso e no consenso, nós estamos avançando e se Deus quiser, com a permissão daquele que pode todas as coisas, nós vamos continuar avançando para fazer justiça a quem merece que são os nossos servidores da Educação.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Cumprimentar o Manoelzinho, toda equipe do Sintero que está aqui, a Deputada Lúcia Tereza, que é a Presidente da Comissão de Educação, pediu a inclusão na pauta, está deferido, Deputada Lúcia, com entendimento dos demais pares e ela vai ser incluída na Ordem do Dia. Questão de Ordem, Deputada Lúcia?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu gostaria de agradecer e dizer que eu estou até certo ponto feliz, e eu queria aprovar depressa, que eu tenho até medo do Governador retirar isso dos meus professores, porque não é ótimo, mas é menos ruim e vai beneficiar. E nós precisamos começar as aulas e isso é um incentivo, não é o ideal, mas diante de tanta coisa em que o nosso país atravessa, eu acho que é em boa hora e em tempo e mais agradecer aqui a participação do Sindicato como força, que conseguiu acoplar, conseguiu inserir os trabalhadores em educação. Queria saber de Vossa Excelência se o senhor vai inverter a pauta e pôr para votar, porque ainda poderá começar as aulas rapidamente se a gente votar hoje, são praticamente uma semana de adiantamento. Gostaria de agradecer, mas eu falarei na hora de relatar. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Atendendo ao pedido da Professora, ilustre Deputada, ex-Prefeita, Presidente da Comissão de Educação, nós vamos votar hoje, já há entendimento, esse projeto. Muito obrigado.

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o ilustre Deputado Ezequiel Junior, por vinte minutos, com apertes.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, quero cumprimentar todo o povo que vem aqui também na galeria da Assembleia para acompanhar os trabalhos desta Casa, dos Parlamentares.

Dois assuntos me trazem hoje a esta tribuna aqui. Primeiro, quero falar de educação, parabenizar a Secretária de Estado da SEDUC, Fátima Gavioli, e ao Governador Confúcio Moura pela implantação da Mediação Tecnológica na Escolas da Rede Estadual. Eu tive a satisfação, o prazer de entregar na companhia da representante da SEDUC de Machadinho, Professora Marisa Brandeleiro, 73 notebooks, equipamento de tecnologia de ponta, 73 notebooks para o ensino médio do Campo, que é uma ferramenta muito importante para os alunos que fazem o ensino médio nas escolas da área rural e muitos das áreas rurais fazem o ensino médio na cidade, vêm para cidade e poderão ter salvos nesses notebooks as aulas e assim poder recapitular, poder assistir novamente as aulas em casa, no horário que achar melhor.

Então, com certeza é uma ferramenta muito importante no aprendizado dos nossos alunos da área rural, Deputado Lazinho, nossos agricultores que merecem sem dúvida nenhuma educação do nível daqueles que estudam na cidade. Eu diria que esse programa de Mediação Tecnológica ele coloca até os alunos do ensino médio do campo, um pouco à frente dos alunos da cidade, porque esses notebooks, esses computadores, eles são exclusivamente para os alunos do ensino médio do campo que vão assistir a aula à distância, primeiro nas escolas e depois levam as aulas nesses equipamentos para sua casa, para o seu sítio para assistir depois a aula e assim recapitular, e aprender com certeza mais. Então, os alunos da cidade ainda não têm esse benefício, espero que um dia cheguem também esses notebooks para todos os alunos da rede pública, mas é um importante avanço, é um início e com certeza os alunos do ensino médio do campo estão felizes por contar com essa ferramenta tão importante.

Entregamos também trinta e nove retroprojetores, equipamentos modernos também, que vêm acompanhados, serão instalados nas salas de aula das escolas da rede estadual da cidade trinta e nove retroprojetores, nós entregamos equipamentos modernos, já vêm com computador embutido, com o som embutido, equipamento de tecnologia de ponta também.

Eu fico muito feliz em ver a alegria dos nossos estudantes, dos professores também que podem contar com essas ferramentas de tecnologia no aprendizado dos nossos alunos. Então, foram dois dias de festa, no sábado nós estivemos numa escola da área rural, na Escola Antônio Francisco Lisboa, na Linha C4, entregamos alguns notebooks, vinte notebooks naquela escola, os alunos a gente via a satisfação, a alegria deles, e na segunda-feira pela manhã, nós entregamos ontem esses trinta e nove retroprojetores e outros cinquenta e três notebooks para os alunos da Escola Joaquim Pereira da Rocha, os alunos que vêm do sítio, vêm da roça fazer o ensino médio na cidade.

Então, quero aqui mais uma vez parabenizar toda equipe da SEDUC, essa equipe atuante, essa equipe competente liderada pela Secretária Fátima Gavioli. Parabéns, Secretária, parabéns ao Governador Confúcio Moura, que é um apaixonado pela educação, e quando se fala de educação, ele não pensa em economia e tem colocado sem dúvida o Estado, os recursos do Estado sempre no investimento da educação.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Pois não, Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Deputado Ezequiel, quero me congratular com Vossa Excelência no que tange ao trabalho da Secretária de Educação do Estado, a Secretária Fátima, em diversos sentidos, em diversas ações. Agora, quero discordar de Vossa Excelência com relação ao ensino de mediação tecnológica. Quero discordar porque da forma como está sendo imaginado, nós precisamos fazer uma análise bastante profunda, porque se você quiser suprir a falta de funcionário público, a falta de professor com a televisão lá na ponta, sem ter a presença do mestre, e não venha me dizer que um mediador vai dar conta de que esses jovens podem ter toda formação que precisam ter, infelizmente, nós vamos ter daqui alguns anos as escolas no campo cada vez menos, tudo na cidade. Hoje nós estamos aqui com direção do SINTERO, daqui a alguns anos não vai precisar mais ter o SINTERO, não vai mais precisar ter o professor, porque basta uma equipe aqui em Porto Velho e o restante do Estado vai estar aprendendo, igual telecurso da Rede Globo. Formação não é só passar conteúdo, formação é ensinar vivência para as pessoas, e através do computador, através da televisão, Deputado, eu ainda preciso ser mais convencido. Eu já estive em local aonde me chamaram e que os alunos não estão indo mais na sala de aula, porque não conseguem captar o que estão aprendendo, eu até acho que esse negócio de estar distribuindo os notebooks deixa a juventude toda ela alvoroçada, mas nós temos a responsabilidade de saber qual é realmente o aprendizado dessas crianças ou desses jovens lá no futuro.

Então, eu até pedi, conversei com a Secretária, ela me pediu, *'Deputado, me ajude.'* Eu pedi o posicionamento do SINTERO com relação a isso, dos professores com relação a isso, Manoelzinho está aqui, eu acho que nós temos que prezar pelo ensino de forma que o amor, a participação do professor, o olho no olho com os alunos, a formação dessa sociedade não pode ser através de máquina, ainda não estou preparado para essa evolução que Vossa Excelência está achando que está tudo certo. Eu acho que num local que é isolado, por exemplo, no Amazonas. No Amazonas nós temos locais em que de barco são sete dias para poder chegar. Eu acho que aonde não tem como chegar o professor de verdade, aí é uma alternativa importante para uma faculdade, universidade, terceiro grau, onde você já está preparado para essa discussão, como já tem hoje, eu acho válido. Agora, não no período de formação dessa juventude, eu acho que o calor humano e a capacidade que têm os professores, nós não podemos acabar com a classe de professores no nosso país, eu sei que é inclusive recomendação do MEC, que é do meu Governo, e que eu não concordo, acho que o professor na sala de aula traz o amor, traz o carinho, traz a correção, tira as dúvidas, educa para o mundo, infelizmente eu ainda preciso ser convencido. Obrigado, Deputado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Como o senhor citou, no Amazonas, a mediação tecnológica existe já há algum tempo e tem surtido efeitos positivos, boa parte das notas, das melhores notas do ENEM do Estado do Amazonas vieram daqueles alunos que estudaram através da mediação tecnológica. Então, apresenta resultados positivos. É claro que eu também vejo que a presença

de um professor em sala de aula é insubstituível, mas diante da situação de muitas regiões que nós temos do nossa País. A deficiência no quadro de servidores, eu vejo de forma positiva a chegada da mediação tecnológica. E outra coisa, está chegando agora no nosso Estado, se daqui a um ano ou dois a SEDUC achar que não está dando aquele resultado que era esperado, também se pode mudar, mas a gente vê com expectativa positiva a chegada da mediação tecnológica. Esse investimento está sendo bem recebido pela classe estudantil lá da nossa região de Machadinho. É importante investimento na área da educação.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – E quero parabenizar, Deputado Ezequiel, por trazer esse assunto. Inclusive amanhã a Secretária de Educação, junto com a equipe, vai estar na Comissão da Educação para esclarecer alguns fatos sobre isso, algumas dúvidas. É um plano novo e com certeza tudo que é novo traz algumas discussões, traz algumas dúvidas e nós também queremos que ela venha amanhã com a equipe esclarecer. O Deputado Lazineiro, nós conversamos e ficamos para acompanhar, mas eu acho, inicialmente, aonde tem muitas dificuldades, principalmente os professores que são de áreas específicas, que é mais difícil, escolas polos em lugares distantes, com certeza vem agregar valores, professores com melhor qualidade para poder dar uma aula. Mas queremos dizer também que pelo que eu soube, a orientação que eu tive da SEDUC, o professor está na sala de aula da mesma maneira. Só que não existe um professor especializado para cada matéria. Então, já tem um professor treinado, que ele vai acompanhar os alunos e tirar as dúvidas e acompanha os alunos. Então, não é simplesmente só televisão com aluno. Há um instrutor treinado pela SEDUC algum tempo. Então é uma avaliação que deve ser feita.

A questão das áreas indígenas, a questão das áreas rurais, aonde tem dificuldade de deslocamento dos professores específicos, das matérias específicas, eu acho que ele vem agregar, sim, porque o professor que vai dar aula através da televisão ele dá para muitas pessoas, não vai ser um professor, vai ser um professor especial, com maior condição. Então, eu creio que se for bem estudado, se for bem discutido, com certeza vem agregar mais uma opção para que o homem do campo, o homem lá aonde tem dificuldade seja melhor atendido. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Outro assunto que eu quero abordar nesta tarde aqui é com relação ao clima de insegurança hoje no município de Cujubim. Eu quero aqui, antes de adentrar nesse assunto, cumprimentar o Presidente do nosso Partido, Presidente regional Edgar do Boi que nos honra com sua presença hoje aqui, nesta tarde. Seja bem-vindo, Edgar, grande liderança democrata-cristã do nosso Estado. Seja bem-vindo a esta Casa.

Eu quero falar do clima de insegurança que impera há mais de ano no município de Cujubim, município da região de Machadinho d'Oeste. Ontem atentaram contra a vida do

Presidente do nosso Partido, do meu amigo Ivan Pereira Costa. Deram 05 tiros no Ivan, lá no município de Cujubim, ontem à noite. Por sorte, a mão de Deus não deixou que o pior acontecesse, apenas duas balas pegaram, mas sem risco de morte no Ivan. Esse é um caso, é apenas uma das tantas tentativas de homicídio que nós tivemos neste ano já no município de Cujubim. Foram 12 tentativas de homicídio em Cujubim, de janeiro a abril deste ano, 12. Seis homicídios foram praticados em Cujubim este ano, um município daquele tamanho, daquele porte, 06 homicídios aconteceram neste ano, no município de Cujubim, de janeiro até o mês de abril. Assaltos e roubos, 59. Muitos assaltos cometidos a comerciantes, a pessoas, em plena luz do dia, nas principais ruas e avenidas do município de Cujubim. Sessenta e cinco furtos foram praticados, de janeiro a abril deste ano, no município de Cujubim. Esta, Presidente, é a terceira vez que eu venho nesta tribuna aqui, a terceira, desde o início do nosso mandato, para falar desse assunto que é a insegurança, que é a criminalidade imperando no município de Cujubim. A bandidagem está mandando. Uma prova disso é que até o Delegado, com medo, foi embora de Cujubim no ano passado. Abriu uma Delegacia lá, não tinha efetivo, não tinha condição de trabalho e o Delegado foi embora, com medo. É a terceira vez que eu trago este assunto aqui e nada muda. E a população, o povo de bem, o povo trabalhador de Cujubim continua pagando, continua sendo vítima de criminosos cruéis naquele município. E esse é um problema de todos. A população é que está pagando o pato, é que está sofrendo, Deputado Adelino. Só que esse é um problema, e não quero cobrar aqui apenas das forças policiais, não, a Polícia Civil hoje deve muito, está o Dr. Reis? Atenção, Diretor Geral da Polícia Civil, a Polícia Civil hoje não está presente no município de Cujubim. Não tem Delegacia no município de Cujubim, em cidades aí do eixo da BR, em cidades boas de se viver tem um monte de Delegado, tem um monte de policial civil, em Cujubim não tem. A Polícia Militar tem um pequeno efetivo lá. Hoje cobrei do Coronel Enedy, Comandante geral da Polícia Militar, ele ficou, só que no mês de junho ainda, de enviar pelo menos mais 10 Policiais para o município de Cujubim, mas até junho são 60 dias. Enquanto isso o povo vai continuar sendo torturado, sendo executado, sendo assaltado, sendo roubado, sendo furtado? As forças de Segurança neste Estado têm que tomar uma providência e mostrar para o povo de Cujubim que tem Polícia neste Estado e que quem manda lá não é o criminoso, não, quem manda lá é a Polícia. Mas por enquanto nós não estamos vendo isso.

E quero chamar a atenção do Poder Judiciário também. Eu tenho acompanhado, do Poder Judiciário e do Ministério Público, a gente tem acompanhado os números de orçamento de todos os Poderes: do Executivo, desta Casa, do Ministério Público, do Judiciário, todo ano o orçamento está subindo, todo ano crescendo o orçamento de todos os Poderes do Estado, de todos. Cujubim precisa urgente da implantação, da instalação de uma Comarca, tem que ter Juiz em Cujubim, tem que ter Promotor de Justiça, tem que ter uma sede do Poder Judiciário, tem que ter uma sede do Ministério Público no município de Cujubim, precisa-se de uma Comarca urgente, precisa-se de um efetivo decente da PM lá, precisa-se de uma Delegacia de Polícia Civil com Delegado, com agentes do SEVIC e agentes comuns para investigar os delitos que lá são

cometidos. Hoje o município virou um barril de pólvora, essa é a realidade, é o município hoje mais temido e mais violento ali da região do Vale do Jamari. Pelo tamanho do município, pelo número da população é o mais violento hoje, Deputado Adelino, e a população lá não aguenta mais. O povo trabalhador, o povo de bem de Cujubim não aguenta mais.

Então, quero pedir aqui, chamar a atenção do Secretário de Segurança Pública do Estado mais uma vez. Pelo amor de Deus, o povo de Cujubim pede socorro, não suporta mais. Fica aqui registrado também o meu apelo, em nome da população, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, vamos criar, implantar a Comarca do Município de Cujubim. Até quando nós vamos permitir que homens de bem, que trabalhadores continuem pagando e pagando muitas vezes com a vida? E não adianta mandar a Força Nacional dar um passeio de meio dia em Cujubim só para multar agricultor que está com a sua motinha velha que vai do sítio para a cidade. Tem que combater a criminalidade no município de Cujubim.

O Sr. Adelino Follador – Permita-me um aparte, Deputado Ezequiel?

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Pois não, Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Parabenizar mais uma vez, Deputado, pelo seu pronunciamento. E eu quero estender essa preocupação não só para Cujubim, mas toda região do Vale do Anari. Eu estou aqui, agora acabou de incendiar hoje à tarde o acampamento dos Sem-Terra indo para Cacaulândia, uma briga, eu gostaria que a Polícia investigasse isso, a responsabilidade. E hoje vão todos acampar, 110 famílias, lá no Ginásio em Ariquemes. Então, eu quero dizer aqui que a região de Ariquemes, Vale do Jamari, o senhor está citando especificamente Cujubim de onde dois bancos também foram embora porque não tinham segurança, foram assaltados tantas vezes que foram embora. A questão, o pessoal está sendo assaltado nas ruas. Inclusive tem quatro Policiais presos, lá de Cujubim, então está um clima muito tenso, e eu quero com certeza endossar as suas palavras, a preocupação, mas não é só em Cujubim, a grande região de Ariquemes, Vale do Jamari, Monte Negro, agora eu vi o Secretário Regional da Polícia Civil falando que vai abrir a Delegacia de Monte Negro. A de Cujubim já está aberta há muito tempo, falta estrutura, foi embora e acabou ficando sem Policiais. A promessa do Governador, a promessa do Secretário de Segurança é que agora, com novos Policiais tomando posse, vão mais da metade daqueles Policiais da região e Ariquemes e vai ser atendida também Cujubim a questão de Polícia Civil. Eu já faz muito tempo que estou falando que os municípios que não têm Polícia Civil no Estado de Rondônia com mais população, todos na região de Ariquemes, é Cujubim, 20.000 habitantes, é Alto Paraíso, 19.000 habitantes, é Campo Novo, com quase 16.000 habitantes, é Monte Negro, com 14.000 habitantes. Todos, aí tem vários municípios do Estado de Rondônia com 7.000, 8.000, 11.000 habitantes que têm Polícia Civil e ali não tem. Então, por isso que é a região mais violenta.

O Estado, o Governo do Estado, o Governador, o Secretário de Segurança, nós fizemos esse levantamento pelo número de habitantes e pedimos pelo amor de Deus que seja

feita uma distribuição agora para compensar essa falta de Policiais na região de Ariquemes, incluindo Cujubim, incluindo Machadinho, incluindo também Buritis, Monte Negro, Alto Paraíso, aquela região está muito violenta porque faltam policiais, os bandidos se acomodam naquela região porque eles estão tranquilos. Então, essa questão de mandar também os carros da Polícia andar na área rural, quando o bandido vê o carro da Polícia se esconde daí a pouco, meia hora, ele sabe que vai voltar só na outra semana, ele vai ficar à vontade.

Então, gostaríamos que houvesse mesmo uma atenção especial para essa região e parabenizar o Deputado por essa preocupação sua e dizer que a violência no campo na nossa região, na região do Vale do Jamari é muito grande, não só no campo, na área urbana também. Ariquemes também, é assalto a todo momento. Se você for na Delegacia lá, você vê filas de pessoas já fazendo ocorrência e tem muita gente que não está mais fazendo ocorrência, não, porque vai e não acontece nada e a polícia também não dá conta, são seis Delegados em Ariquemes. Buritis só tem um Delegado, quando o Delegado está de férias, Ariquemes tem que atender. Machadinho só tem um Delegado também, quando está de férias ou está doente tem que o pessoal de Ariquemes atender, não tem mais jeito, nós temos que priorizar a região de Ariquemes.

Parabéns, Deputado, desculpe-me por prolongar um pouco, mas é um assunto que nós com certeza temos que dar toda atenção e ficar em cima agora nessa nova estrutura com esses policiais que estão fazendo academia agora, que de fato seja priorizada aquela região que precisa. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Deputado, e os números com certeza são maiores. 65 furtos este ano, assalto e roubo 59, 12 tentativas de homicídio, os números são maiores, e como não há, não existe Delegacia de Polícia em Cujubim, quem quiser fazer um registro de ocorrência tem que ir em Ariquemes, 140 km, 280 ida e volta, não vai.

O Sr. Adelino Follador - Pode somar isso aí duas vezes mais, porque com certeza como vai um dois não registra ocorrência, nós já fizemos uma estatística lá, cada três furtos um vai para Ariquemes, e olha lá ainda.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Um cidadão, por exemplo, que tem a sua bicicleta roubada, ele não vai em Ariquemes registrar ocorrência; um televisor roubado, ele não vai em Ariquemes registrar ocorrência. Então, os números comprovam que hoje a criminalidade, os criminosos é que estão mandando no município de Cujubim.

Quero agradecer a atenção de todos e finalizo meu pronunciamento nesta tarde aqui cumprimentando o Secretário da SECEL, Rodnei Paes, que também nos faz uma visita hoje, seja bem-vindo sempre a esta Casa, Secretário. Obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Deputado Ezequiel Júnior pelo seu discurso, realmente a situação difícil no município de Cujubim. Tenho conversado com o Prefeito Fábio, com os Vereadores do município que realmente clamam por socorro ali no município de Cujubim.

Quero registrar a presença do Superintendente da SECEL, Vereador de Rolim de Moura, Rodnei Paes. Muito obrigado, Secretário Rodnei, por estar prestigiando os trabalhos desta Casa.

Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Com a palavra o ilustre Deputado Adelino Follador, por 20 minutos, com apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Sr. Presidente em exercício, Deputado Edson Martins, Deputados aqui presentes, imprensa, pessoal aqui presente, dizer que para nós é um prazer muito grande, mais uma vez, estar aqui na tribuna trazendo vários assuntos de relevância para o nosso município.

Quero aqui parabenizar o SINTERO, o Manoelzinho que está aqui representando o SINTERO, pedindo para votar esse projeto tão importante para a Educação, nós somos favoráveis, parabenizar os Deputados, que todos concordaram já que seja votado hoje, que é um consenso entre a categoria e também ao Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, poderíamos até amanhã discutir na Educação, mas como já tem um consenso, não tem dúvida, nós já sugerimos e concordamos com a opinião da nossa presidente também, Deputada Lúcia Tereza, com os companheiros aqui todos que foram para que seja votado hoje para que essa expectativa que foi criada dentro da categoria seja realizada o mais rápido possível.

Mas eu vim à tribuna hoje, embora vários Deputados já falaram desse assunto e nos inscrevemos no começo da sessão para falar sobre essa audiência pública na quinta-feira, depois de amanhã, com a presença do pessoal do DNIT, com a presença da Polícia Rodoviária Federal, foram convidados também representantes da bancada federal.

Gostaria de deixar aqui um apelo aos Deputados e Senadores, numa quinta-feira é possível estar presente, se pudessem estar presentes seria muito importante. Nós fizemos aqui um apanhado sobre o registro de 2015, pela Polícia Rodoviária Federal registrou, de janeiro até agora, 378 acidentes de trânsito em 1.092 quilômetros de extensão, no trecho entre Vilhena a Rio Branco, na BR-364. O número já representa 30% de ocorrências do ano passado. Em 2015, a Polícia Rodoviária Federal contabilizou 1.256 acidentes, com 1.705 feridos e 111 mortos, Deputado Edson, 111 mortos em 2015. Nos últimos três meses, 25 pessoas morreram e 316 ficaram feridas. Essa é a 364, só na 364.

Então, nós queremos, que isso nos preocupa muito e são 111 mortos, se for dividir, são 316 feridos nesses meses, se você dividir por dia vai dar muita gente. Então, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal, com o aumento da frota houve a redução de 8% do número de ocorrências entre 2010 a 2014, mas pela quantidade de acidentes seguidos, principalmente no trecho entre os municípios de Presidente Médici e Vilhena, estima-se que a violência no trânsito tenha voltado a fazer mais vítimas naquele trajeto, na região de Ariquemes também aumentou muito as vítimas, principalmente com mortes.

Então, eu quero deixar aqui registrada essa preocupação e a própria imprensa tem dado, cobrado do DNIT, e eu quero deixar aqui registrado a falta de atenção do nosso representante do DNIT aqui no Estado de Rondônia, ele tem se negado, inclusive na imprensa, vários setores da imprensa, o *Rondoniagora*, que tentou pegar informações, as rádios, para

poder esclarecer a população e ele tem se negado. Então, eu gostaria de deixar aqui um apelo e dizer que as pessoas que assumem cargo público têm, sim, que dar satisfação à população através da imprensa para divulgar, para justificar os seus fatos e também a Assembleia Legislativa ou qualquer órgão que solicite.

Então, gostaria de dizer, deixar aqui esse registro da nossa preocupação, e inclusive o representante aqui do DNIT já confirmou que se ele não vir ele vai mandar o representante, ele vai mandar os representantes nessa Audiência Pública, mas eu falei, fiz o apelo por telefone hoje e volto fazer um apelo como autor dessa Audiência Pública que foi aprovada pelos 24 Deputados, que se ele não vir é uma falta de respeito com esta Casa, é uma falta de respeito com um assunto que está sendo levantado, que é muito sério, está se tratando, Deputado Edson, de problema muito sério que é a situação da 364. Então, gostaria de deixar aqui um apelo, que o representante, que é o seu Sérgio, que ele venha, sem dúvida nenhuma, ele mesmo, pessoalmente, para poder justificar, poder esclarecer as dúvidas aqui na Assembleia Legislativa.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputada Lúcia Tereza.

A Sra. Lúcia Tereza – Não só parabenizá-lo, mas dizer que a sua preocupação em seu discurso é entoada por todos nós, e nós que fazemos esse percurso de 1.200 quilômetros por semana e enfrentamos todos os perigos, tudo o que Vossa Excelência falou é o correto, é o vivenciado *in loco*, é viver o problema, três, quatro acidentes, sempre com mortes, com vidas ceifadas. Nós sabemos que 75% é empírico, que eu estou falando, não é matemático e nem é uma pesquisa correta, mas eu imagino pelas minhas andanças que 75% é falta de educação, é questão cultural mesmo dos nossos, principalmente dos nossos motoristas. Quando eu disse que essa soja, quando eu era Deputada ainda, que vinha aqui com esse porto sem pagar um imposto, sem pagar nada, ia deixar mortes, viúvas, mães solteiras e muita destruição, porque o nosso asfalto não tem estrutura para ter as toneladas de duas mil, duas mil carretas dia e realmente não tem estrutura e acaba que quem se acaba é a gente que transita, o trabalhador de Rondônia, as pessoas daqui que transitam no dia a dia nessa BR toda. Vossa Excelência foi preciso, corretíssimo, as suas colocações, e eu quero somar e dizer a Vossa Excelência que já era para a gente ter até feito um discurso aqui e eu, por incrível que pareça, quero assim elogiar a Polícia Rodoviária, a gente nota que teve um aumento de contingente, eu acho que ali para os lados de Ariquemes mais de cinquenta policiais, todas as vezes, e eu tenho perguntado a todos os amigos, que a gente para nos botecos, da vida nessa estrada, a educação, a precisão com que eles arguem e param. Eu tenho visto, Excelência, e gostaria de ficar registrado, Presidente, nesta Casa que eles têm feito estrategicamente as abordagens, e eu sei sempre falei aqui que todo órgão que só faz a ação coercitiva, eu não elogio, eu recrimino, mas quando ela faz educativa, eu aplaudo.

Mas a Polícia Rodoviária Federal tem realmente feito muitas ações educativas nessa BR e tem feito abordagens

repreensivas em pontos estratégicos e isso tem ainda evitado acidentes. Mas o que falta mesmo, que é essa estrada, conforme Vossa Excelência diz, sem estrutura mínima, um carreador, a estrada do Pacarana, no meu Espigão, a estrada Andradina tem mais estrutura do que a nossa BR, pode acreditar, é de chão, mas é de uma base classe A e é muito melhor que esse asfalto nosso.

Então, eu gostaria de somar a Vossa Excelência e dizer que quando nós pedimos para a balança, lá em Vilhena, para o DNIT, o problema da balança, ninguém nem deu resposta. Quando o senhor disse que falta até de educação, falta de respeito com os Deputados estaduais de Rondônia, é falta mesmo até de ética, no mínimo deselegante quando um Deputado ou esta Casa pede uma informação, porque é órgão federal, ele nem dá a mínima. Foi o caso do DNIT, que até hoje, Excelência, não mandou sequer um comunicado dos porquês do nosso ofício que nós mandamos, e eu mandei coletivamente aqui, não foi só eu.

Então, eu gostaria de somar mais isso, uma falha do DNIT que não responde as nossas indicações, os nossos questionamentos. E parabenizar o senhor que realmente traz esse tema que é importante para todos nós.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria de agradecer esse aparte da Deputada Lúcia Tereza, e eu estou vendo aqui uma reportagem do *Rondoniagora* que tentou dois dias seguidos contatos com a Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia, do Acre, para saber algum cronograma de serviço de recuperação da 364 nas diversas ligações. Ninguém se propôs a atender a reportagem. Então, está confirmando o que nós falamos que eles se negam a ir. E eu quero aqui também, nessa mesma reportagem, onde destaca: “A *Secretaria de Estado da Saúde prepara levantamento minucioso para saber os custos gerados de atendimentos às vítimas de trânsito de Rondônia.*”

De acordo com a pesquisa IPEA, de todo o Brasil, os prejuízos chegam à casa de 12.3 bilhões, é o prejuízo com os acidentes nas estradas do Brasil. E nós queremos saber especificamente se o Secretário de Saúde faz esse levantamento para saber quanto está custando para os cofres de Rondônia esses acidentes.

Então, com certeza, além de perder vidas, que não tem valor imensurável, o prejuízo também com hospitais e para recuperar essas pessoas o prejuízo é muito grande. E os engenheiros, quem faz, e nós já questionamos na sessão passada, tem trechos que são recuperados e com seis meses estão lá todos com os buracos. E aqui também eu recebi uma denúncia hoje que tem lugar que com dois meses que taparam os buracos, já estavam abertos de novo. Então, eu quero saber também do DNIT se eles estão pagando cada vez que tapa esses buracos, qual a carência que tem esse material? Então, para nós essa é a nossa preocupação muito grande e eu quero deixar aqui um aparte para o nosso vice-líder, Cleiton Roque.

O Sr. Cleiton Roque – Quero, Deputado Adelino, aproveitar que vem Vossa Excelência, já vem há algum tempo liderando este movimento aqui na Casa, se empenhando, trazendo números aí importantes para forçar uma tomada de decisão, criar uma pressão ainda maior para que o Governo Federal de

uma vez por todas tome providências a essa situação que se arrasta há anos aí, que essa BR-364 que a gente sai de casa, a gente não sabe se chega, esse é o sentimento que a gente tem quando a gente trafega nessa BR 364, tantas pessoas que se foram, ficaram nessas curvas dessa rodovia.

Eu quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado Adelino, que é um dos Deputados mais experientes desta Casa, um grande líder político, um exemplo foi consolidado nas eleições em 2014, sendo o Deputado mais votado, isso de fato se torna justificável a quantidade de voto que Vossa Excelência teve pela sua postura aqui nesta Casa, liderando um partido que todos nós estamos sendo cobrados de maneira permanente por parte da nossa população. Só para Vossa Excelência ter noção, Deputado Adelino, em Pimenta Bueno, de Pimenta Bueno a Vilhena tem um trecho de 20 km mais ou menos que há anos e anos vem se arrastando, ou seja, trazendo um transtorno, um prejuízo à população que utiliza a BR-364 e por um pequeno trecho mais caótico, mas ali naquele trecho, totalizando Pimenta a Vilhena, eu estive no domingo de manhã numa reunião em Vilhena, próximo ao município de Vilhena, participando de uma reunião com os produtores rurais, e na ida e no retorno eu passei por mais de 10 veículos trocando pneus, enfim, danificados na lateral da BR, faltando às vezes acostamento, enfim. E através de uma postura como Vossa Excelência está tendo, com certeza provocando a bancada federal, provocando o órgão federal, motivando as demais autoridades, que o Ministério Público Federal também tem que agir nessa questão, ele tem também responsabilidade sobre isso também, cobrar o DNIT para que tome providências o quanto urgente, nós não aguentamos mais, a população não aguenta mais, a pressão da população em cima da classe política rondoniense tem sido cada dia maior, principalmente pela rodovia BR-364.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Gostaria de agradecer o aparte e dizer que para nós, com certeza, todos os Deputados que usam a BR-364, não é só e as pessoas também, além dos Deputados, as pessoas que usam, todo mundo, ninguém está aguentando.

Quero deixar aqui então registrado ao José Augusto Mamanny, que é hoje o chefe aqui do DNIT do Estado de Rondônia, que ele esteja presente, sem dúvida, que não mande só o representante, não, que ele esteja presente que é muito importante. E também eu quero deixar aqui esse registro e dizer que nós estamos aqui, aqui tem o Rodney que estava presente agora, está aqui ainda, fazer um apelo, sei que já está fazendo a sua parte para liberação daquela emenda que nós conseguimos aprovar no orçamento do Estado, a PGE já deu um parecer favorável que seja incluído através da mídia do Governo do Estado. Eu gostaria, o vice-Governador também está empenhado para poder resolver isso, que seja resolvido o mais rápido possível, que os clubes precisam desse dinheiro, nós precisamos incentivar o esporte no Estado de Rondônia e nós combinamos que em contrapartida os clubes têm que fazer, investir nas categorias de base para compensar, isso é um compromisso que foi assumido por todos os clubes e também o Governo do Estado, espero que ele libere que estaria incentivando também essa criançada a investir mais no esporte, participar mais do esporte.

Eu gostaria também de aproveitar este momento para registrar e parabenizar o Governador, que até que enfim, está sendo liberado o recurso para reforma da Escola Heitor Vilas Lobo, lá em Ariquemes, é um recurso de mais de cinco milhões de reais que já vinha sido licitado e que estava com problema e agora felizmente já vai dar ordem de serviço, vai começar a obra e é um investimento numa escola das mais antigas de Ariquemes, onde é uma das principais escolas de Ariquemes que passa por algumas dificuldades sem essa reforma. Então, agora o empreiteiro já está se instalando e vai começar. Então, queremos parabenizar o Governo do Estado, parabenizar o Governador Confúcio Moura por dar atenção, também a Secretária de Educação, por estar liberando esse recurso para poder recuperar a Escola Heitor Villas Lobo que é uma das principais escolas de Ariquemes. Obrigado.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Antes que Vossa Excelência encerre o seu pronunciamento, eu cheguei agora e vi em suas mãos um documento, eu acho que é uma manchete de um dos sites mostrando Vossa Excelência preocupado com a BR-364, pediu uma Audiência Pública com o DNIT, é isso?

O SR. ADELINO FOLLADOR – É, na quinta-feira, às nove horas da manhã.

O Sr. Jean Oliveira – Quinta agora? Infelizmente, eu vou estar em Brasília agora, amanhã o Governador Confúcio Moura inclusive vai fazer um pronunciamento muito importante para vários Embaixadores de outros países em Brasília sobre *Rondônia Rural Show*, convidando essas pessoas para investirem em Rondônia, momento de crise financeira, é importante, eu vou estar junto e eu não vou poder estar nessa Audiência Pública da qual eu gostaria muito de participar.

Eu recentemente vim de São Paulo para Porto Velho de carro, onde eu estava acompanhando a cirurgia do meu pai em São Paulo e de lá para cá a gente notou visivelmente a diferença da qualidade da malha viária das estradas, tanto rodoviárias estaduais como federais, que são de qualidade infinitamente melhores do que as daqui de Rondônia. Chegando em Rondônia, a qualidade do asfalto cai, cai muito. Até Cuiabá a gente tem já uma frente de duplicação de uma obra que é uma PPP, uma Parceria Pública Privada, iniciada pela ODEBRECHT, que essa PPP foi de suma importância para aquela região, e aí eu comecei a refletir e observar a importância que é o Estado de Rondônia. Nós estamos há anos discutindo uma melhoria para BR-364 e aí eu comecei a pensar que uma duplicação com recurso federal na atual fase que o Governo Federal se encontra é praticamente impossível, o Governo Federal tem pouco orçamento, pouco recurso para investimento e com certeza absoluta esse investimento ele não fará aqui no Estado de Rondônia, ele fará em outros Estados. E aí eu comecei a pensar que é hora da gente iniciar uma nova proposta, de repente uma PP para Rondônia também, e eu penso, Deputada Glaucione, que do perímetro da cidade de Cacoal até a cidade de Ariquemes é o pior trânsito que nós temos, é trânsito mais

congestionado, e de Ouro Preto a Ariquemes é o pior trânsito em termos de qualidade de direção, onde a gente tem o maior número de acidentes. Eu acredito que se a gente iniciar uma bandeira aqui de fazer uma parceria público-privada para duplicação da BR-364, do perímetro de Cacoal a Ariquemes, nós teremos uma diminuição nos acidentes e uma qualidade da BR-364 muito superior. Eu defendo neste momento, apesar de todos nós quisermos economizar gastos, eu já começo a defender a privatização da BR-364.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Já tem um projeto, já era para estar funcionando, mas infelizmente o Governo Federal está muito devagar.

O Sr. Jean Oliveira – Mas se iniciar, Deputado Adelino, esse trecho de Ariquemes até Ji-Paraná principalmente, é o pior de todos, mas eu estendi até Cacoal, Deputada Glaucione, não porque Vossa Excelência está sentada ao meu lado, mas porque a cidade de Cacoal é uma cidade universitária e que aglutina outras pessoas de outros municípios.

Então, eu defendo aqui a duplicação através da privatização da BR-364, do trecho de Cacoal a Ariquemes. Quero aqui dizer ao senhor Deputado Adelino, aproveitando esta oportunidade, porque se eu fizesse de outra maneira, a não ser justificando em cima do pronunciamento de Vossa Excelência, ficaria até ruim, mas já está no meu gabinete há vários dias, eu não tive a oportunidade de fazer esse pronunciamento, mas eu tenho um ofício criando uma frente parlamentar em defesa da BR-364, pela duplicação, e inicia a discussão nesse trecho Cacoal-Ariquemes, que é o trecho pior do Estado de Rondônia. Então, seria injusto Vossa Excelência preocupado também com BR-364, eu viesse aqui isoladamente e colocasse essa proposta. Então, quero utilizar do pronunciamento de Vossa Excelência através desse aparte para lhe informar que apresentarei uma proposta de igual importância de Vossa Excelência para que a gente possa ter uma BR-364 com uma trafegabilidade melhor e mais segura para o nosso povo do Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza agradecer o aparte e dizer que na sessão passada nós trouxemos esse assunto quando foi aprovado aqui essa Audiência Pública, foi citada a questão que o DNIT de Rondônia é o pior do Brasil. Meu filho também veio do Sul agora, passou em seis Estados e quando chega aí todo mundo fala a mesma coisa. Então, com certeza nessa Audiência Pública de quinta-feira, que é nove horas, esperamos que todos os Deputados estejam presentes, que a gente possa questionar, e esperamos também que venha alguém da Bancada Federal, que foi convidada, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público também está atento nesta situação, como foi citado aqui hoje. E nós vamos fazer um relatório independente do Sérgio, eu quero deixar aqui, Sérgio Augusto Mamanny, vir ou não vir ou mandar um representante, nós vamos mandar e vamos mandar esse relatório para Bancada Federal, mandar esse relatório para o Ministério Público Federal e também mandar ao DNIT de Brasília e exigir uma resposta sobre o que vai ser questionado aqui.

A Sra. Glaucione - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputada Glaucione, futura Prefeita de Cacoal, por favor, com a palavra.

A Sra. Glaucione – Obrigada, Deputado. Na realidade, eu quero assim lhe parabenizar por iniciar esse debate aqui na Casa. Eu estou inscrita, Presidente, seria a próxima a falar, mas a minha fala é relacionada exatamente ao tema que o Deputado Adelino traz nesta Casa neste momento, então até pode dispensar minha fala. Eu vou entrar na parte Deputado Adelino, e realmente hoje a BR-364 ela tem que sair do discurso e ir para a prática, a situação está gravíssima. Recentemente, semana passada, nós perdemos a metade de uma família de Cacoal na BR-364, morreram a mãe e a filha, sobreviveu o pai e a outra filha está na UTI no Hospital de Cacoal. Hoje nós perdemos uma senhora, uma jovem senhora de vinte e seis anos também na BR-364, ali de Cacoal, ali naquele pedaço entre Cacoal e Médici.

Então, é constantemente, nós perdemos um técnico de enfermagem semana passada, que bateu a ambulância também numa correia, e retornando para Cacoal, esse técnico do Hospital Regional faleceu semana passada. Então, essa BR-364, minha gente, senhores Deputados, tem levado muitas vidas embora. E a gente só desperta, muitas vezes, quando você perde um amigo, que você perde um parente. Nós temos que parar com isso, acho que nós temos que despertar. Até convocar aqui os nossos companheiros, os jovens Deputados que realmente participem desse movimento e nós temos que realmente criar essa frente parlamentar, Deputado Adelino, para resolver definitivamente essa situação da BR-364. Uma saída tem que existir.

Nós sabemos que os caminhões, nessa BR, triplicaram. O que nós gastávamos na BR para chegar até aqui, nós temos que aumentar aí uma hora a mais de Cacoal para cá porque não consegue deslanchar. E o perigo, os acidentes fatais, 95% são com as carretas, o fluxo está muito grande. Então, nós temos que achar uma alternativa e quinta-feira estarei presente, retornarei amanhã à tarde a Cacoal, mas como trata-se de um assunto de grande relevância, Deputado Lazinho, eu ficarei aqui com o maior prazer para ver se nós vamos conseguir encontrar um horizonte aí e aliviar esse trânsito tão pesado, de alguma forma, da BR-364.

Parabéns pelo tema, Deputado Adelino. Conte com o meu apoio, e acredito que com os demais 22 Deputados desta Casa.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza, Deputada Glaucione. Lembrar também que o Miguel de Souza já fez Audiência Pública nessa BR, mostrando, há muitos anos, mostrando como iria ser a duplicação, como iria ser os trevos e até hoje não saiu do papel. Essa questão...

A Sra. Glaucione – Deputado Adelino, só para concluir, outro assunto da BR-364, que eu recebi hoje de umas três pessoas, que também está acontecendo acidentes na saída de Médici para Ji-Paraná. Fizeram, o DNIT fez o quebra-molas lá, escuro, da cor do asfalto, colocou a placa em cima do quebra-molas e está já há dois dias para acontecer acidentes gravíssimos. Caminhões quase tombando, ônibus, porque quando o motorista vê, está em cima. Eu recebi aqui, inclusive da própria imprensa.

Então, eu acho que poderia fazer um encaminhamento, sei que está na fala do senhor aí, mas através do DNIT para ver essa situação que está para acontecer acidente grave ali, de dois quebra-molas praticamente sem sinalização, da cor do asfalto, e são vidas que estão na BR. Obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza. Inclusive, para cá de Jaru já foram obrigados a tirar porque já tive muitas carretas, uma batendo atrás da outra, por causa do quebra-molas que colocaram entre Jaru e Ariquemes. Eu quero deixar aqui também registrado, dizer que já criou muita expectativa, inclusive em cima de privatizar a BR-364, mas também ninguém mais falou nada. Então, nós temos que arrumar uma solução o mais rápido possível e precisa ter com certeza o apoio da bancada federal, e fazer um apelo a todos os que quiserem vir. Agradecer à imprensa também que está divulgando muito essa Audiência Pública, que lote esta Assembleia para que a gente faça um questionamento e faça um documento para cobrar das autoridades competentes. Obrigado.

(Às 17 horas e 36 minutos o senhor Edson Martins passou a Presidência ao senhor Ezequiel Junior)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Cumprimentar aqui, agradecer a presença do Vereador Amilton Cezar, da Câmara Municipal do município de Ministro Andreazza. Seja bem-vindo a esta Casa. Também cumprimos o Vereador Japão, Presidente da Câmara Municipal de Andreazza, também presente nesta tarde aqui. Quero abraçar e agradecer também a presença do meu amigo Davi Bento, Presidente do PSDC do município de Campo Novo, nos honra com a sua presença nesta tarde aqui. Seja bem-vindo, Davi.

O SR. LÉO MORAES – Cumprimentar também, senhor Presidente, nosso líder do Vale do Jamari, o Quixadá, que está aqui conosco, assim como o Presidente do Sindicato do Tribunal de Justiça, o Roque, que nos abrilhanta aqui com a sua presença. Seja sempre muito bem-vindo.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Obrigado, Quixadá, pela sua presença, que muito nos honra sua visita nesta tarde tão especial aqui.

Ainda nas Comunicações de Lideranças, por 20 minutos, com direito a apartes, o ilustre Deputado do Partido dos Trabalhadores, Deputado Lazinho da Fetagro, o Deputado do povo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Boa tarde, senhor Presidente, obrigado pela citação do meu Partido. Foi o único que Vossa Excelência citou. Tem uma marca registrada; cumprimentar todos os Deputados; todos os trabalhadores aqui da nossa Casa; cumprimentar o público presente, Rodney, Secretário de Esporte, Cultura e Lazer; o Manoelzinho do SINTERO, em nome dele toda a direção; todos os Parlamentares; a imprensa aqui presente.

Senhor Presidente, infelizmente, eu venho mais uma vez a esta tribuna levantar e abordar um tema muito relevante e um tema muito perigoso que existe no Estado de Rondônia, e que na última semana, através de algumas atitudes tomadas,

veio me fazer vir a esta Casa relatar, que é o crime de pistolagem no Estado de Rondônia. E eu começo dizendo que posso dizer que é crime de pistolagem porque no dia 02, quinta ou sexta-feira desta semana que passou, como já aconteceu lá no Cone Sul do Estado, como já aconteceu aqui na região de Porto velho, como já aconteceu, está acontecendo e agora se concentra muito fortemente na região do Vale do Jamari, que é a luta pela terra ou briga ainda os trabalhadores pela falta de reforma agrária, pelo descompromisso da legislação brasileira com relação à distribuição de terra nesse país, onde ali na entrada de Cacaúlândia tem um assentamento, um acampamento na beira da estrada que não interfere em nenhuma área, são famílias, mais de cem famílias que estavam ali até ontem e receberam a visita, já pela terceira vez, de um grupo de pessoas armadas, Deputado Edson, armadas de armas de grosso calibre, de armas inclusive de uso exclusivo. E entraram no acampamento batendo em mulheres, batendo em homens, expulsando as pessoas que viviam ali na beira da estrada, não estavam na terra de ninguém. Voltaram atirando, e isto na sexta, no sábado novamente, na sexta eram umas dez pessoas, uns dez pistoleiros, no sábado, Deputado Airton, uns 15 meliantes, vamos chamar assim, pessoas inclusive citadas por pessoas que estavam no acampamento, Deputado Adelino, Vossa Excelência conhece, pessoas que chegaram lá com aquela braçadeira de presidiário nos pés, atirando, ferindo pessoas. E eles vieram a Ariquemes para fazer a denúncia. Fizeram a denúncia, voltaram para o acampamento, quando foi ontem à tarde, novamente, os pistoleiros voltaram, e atirando e ameaçando as famílias que estavam lá. O Estado tem tomado as suas providências e hoje eu estive com o Secretário de Estado de Segurança pedindo explicações. Na semana passada, foram presos na região de Cujubim três Policiais e um suposto proprietário de terra. Então, eu digo suposto porque se há disputa pela terra, não têm documentação essas áreas, e se têm documentação elas são questionadas, inclusive pela Justiça. Essas prisões já são dadas de assassinatos. Este ano em Rondônia, até agora, já morreram 11 sem-terras. Você não vê nos meios de comunicação, 11 sem-terras foram assassinados aqui no Estado. E os pistoleiros voltaram hoje. Ontem à noite as famílias saíram de lá e vieram para o Ginásio em Ariquemes com criança e tudo, estão acampados lá em Ariquemes. E à noite, hoje de manhã, no começo da manhã, voltaram e tocaram fogo em todo o acampamento, com algumas coisas que ainda estavam dentro que não deu para tirar.

Eu estive com o Secretário. O Secretário disse que está investigando, tem a equipe investigando daqui da Capital, de lá da região de Ariquemes. Aí a gente fica analisando. Depois que publicarem essa matéria, debaixo da minha matéria vai ter comentários dizendo o seguinte: *'tem que acabar com essa cambada de sem-terra, isso é tudo bandido que pega terra para vender'*. O que nós precisamos questionar no nosso país e ter a responsabilidade de assumir é que a forma de distribuição de terra neste país sempre foi injusta, Deputado Airton, sempre foi, desde o começo. Quando a família real veio para o Brasil, ela dividiu o Litoral brasileiro em Companhias Hereditárias e algumas famílias pegaram essas terras. Quando fizeram a colonização para o interior do Brasil, essas terras também foram distribuídas a grosso modo por aqueles, beneficiando aqueles que chegaram primeiro, e para chegar

primeiro tinha que ter algum instrumento, alguma forma de poder chegar primeiro. É muito fácil a gente analisar que tem pessoas que pegam a terra e vendem. Tem. Agora é muito difícil. Eu já vivi em área que eu tinha que andar 50 quilômetros a pé com cacaio nas costas. E o latifundiário ele não vai ficar lá na fazenda, o latifundiário fica na cidade. É muito fácil tocar a terra, tem condições para isso, o pequeno não tem.

Então, a distribuição de terra no Brasil ela foi injusta desde o começo. Aqui no Estado de Rondônia não foi diferente, o INCRA tem questionado na Justiça quarenta e cinco áreas no Estado que não cumpriram, áreas de CATPs (Contrato de Alienação de Terras Públicas) que não cumpriram a função social da terra. Não cumpriram por quê? Porque a terra não tinha valor. Na região de Vilhena é onde mais tem, não tinha valor, ninguém queria essas terras, Deputado Adelino, ninguém queria porque não tinha valor. Quando entrou a produção mecanizada, que foi nos últimos 06, 07 anos, essas terras que há mais de 15, 20 anos essas famílias viviam lá, que não tinha dono, apareceu dono e essas famílias foram jogadas na beira da estrada que é delas aqui na região de Ariquemes. O Estado tem a responsabilidade de tentar resolver os problemas fundiários do Estado brasileiro, é muito simples e é muito fácil criticar e às vezes chamar uma família que está debaixo da lona, porque eu tenho certeza que pai de família nenhum quer ficar com a sua família debaixo de uma lona, fica porque é obrigado, e quando a crise aumenta no país, aumenta mais ainda essas famílias, porque lá na periferia da cidade não tem lugar de ficar e ela se obriga a ir para debaixo de lona, passar fome, passar necessidade, ser humilhado, porque é humilhante para uma família ter que viver debaixo de lona, e aí pistoleiros contratados por fazendeiros, e aí é da Nova Vida, da fazenda Nova Vida esses pistoleiros que foram lá ameaçar, vão e fazem o que querem.

Nós indicamos aonde estão essas pessoas escondidas. Ontem, Deputado Adelino, indo da igreja, uma senhora me ligou à noite, indo de casa para a igreja, encontrou eles com armas na mão na maior tranquilidade, com escopetas na mão, com lanterna, isso está acontecendo no Estado de Rondônia, 11 pessoas assassinadas.

Eu defendo o direito de propriedade quando a propriedade é utilizada dentro da legislação e sou contra a ocupação de área que está cumprindo a sua função social. Agora, quando ela não está cumprindo a função social, tem que pegar essa terra e distribuir para quem quer trabalhar nela. *"Ah, mas eles pegam a terra e vendem"* Dê condições para poder viver lá, bote lá estrada, bote lá educação, bote lá saúde, bote condições dessa família poder chegar lá. Porque o fazendeiro, quando ele é dono da terra, ele não mora na terra, o latifundiário, fazendeiro não, o latifundiário, é diferente, fazendeiro trabalha, o latifundiário não, e aí a gente convive no século 21, nós convivemos no ano de 2016 no Brasil com mais de 30 assassinatos na luta pela terra e no Estado de Rondônia 11 assassinatos, milícias armadas. Lá no Cone Sul, há 03 anos houve um tiroteio numa área e foram lá, pegaram o restante dos sem-terras e levaram para a cadeia, Deputado, na mesma rota, e está certo, levou para a cadeia, na mesma rota pegaram o dono da área com a camioneta cheia de escopetas, cheia de espingardas e o cabra foi para casa com a camioneta e as armas em cima da camioneta e não foi preso.

Eu estou falando isso aqui porque eu era presidente da Fetagro e eu estive lá, o tratamento não é igual. Eu estava vendo uma publicação de uma matéria num jornal falando sobre a questão do Abril Vermelho, da luta dos trabalhadores agora do MST, do MPA e estava vendo um questionamento dizendo o seguinte: *“Esse povo, você imagina esse povo se eles pudessem ser juízes, imagine se esse povo conseguir estudar e ser doutores da matéria,”* porque foi criado em Goiás um curso de formação para filhos de pobres sem-terras que o primeiro requisito para poder ir para aquela faculdade tem que ser sem-terra para se formar e estava questionando que formou 48 advogados, e aí a matéria, o nobre jornalista estava dizendo *‘você imagina se esse povo um dia se tornar juízes? Você imagina se esse povo um dia se tornar promotor?’* Eu imagino que realmente lá no Judiciário, lá no Tribunal Superior Eleitoral não tem um filho de sem-terra, não, porque senão já tinha devolvido e resolvido as questões jurídicas pela documentação das áreas do nosso país, não resolve porque lá a justiça hoje está de um lado só, porque senão resolveria. É muito fácil questionar que esses 49 alunos se formaram, ganharam a bolsa de estudo e ganharam a passagem e estava dizendo o seguinte na matéria: *‘Está vendo, o seu filho que é, você que é um trabalhador, o seu filho não pode ir para a faculdade, agora filho de sem-terra tem direito a passagem para ir para a faculdade’*. Eu não sei até quando esse povo vai aguentar sofrer desse jeito, e aí tem culpa do Governo Federal, tem culpa do Governo do Estado, tem culpa da legislação construída, Manoelzinho, há mais de 500 anos nesse País para não ter Reforma Agrária. A legislação já foi para isso, para não ter Reforma Agrária, e a gente vê mãe de família, Deputado Adelino, Vossa Excelência passava ali, aquelas famílias não estavam mexendo com ninguém, estavam esperando o INCRA indicar área, foram lá ver a área, concordaram com a área, o INCRA tinha que comprar área para colocar aquelas famílias, eles não estavam lá atrás de Fazenda Nova Vida, não, mas existe no Estado um grupo formado, volto a repetir, uma milícia formada de pistoleiros por fazendeiros, por latifundiários, não é fazendeiros, latifundiários que não trabalham e não vivem na terra, não vivem da terra, só exploram. Tem problemas, precisa ser corrigido tudo que precisa ser corrigido, agora, não dá para aceitar no ano de 2016 a gente ver mãe de família igual tinha lá, desempregado na cidade, tem oito, dez, quinze famílias lá de onde eu moro em Jarú que estavam desempregadas e foram para lá trabalhar na diária, esperar para que desse a terra, porque se ficar lá na cidade morre de fome. Então, tem que ir lá para dentro porque só aí é reconhecido quem não tem terra, até a legislação é construída dessa forma.

Nobre Deputado eu venho aqui a esta Casa pedir o apoio de Vossas Excelências para que ajudem o Governo do Estado, para que o nosso Secretário de Estado coloque um ponto final nesse negócio, porque vai morrer gente dos dois lados, até agora morreu de um lado, mas infelizmente uma hora esse povo cansa, uma hora esse povo vê o filho passando fome e entrar um pistoleiro, um grupo de 10, 15 pistoleiros dentro do acampamento batendo em mulheres, batendo em crianças, os boletins de ocorrência, me passaram os boletins de ocorrências, eu não estou brincando, eu não estou mentindo, fizeram isso.

Então, a gente precisa que o Estado brasileiro, que o Estado de Rondônia acabe, resolva o problema de documentação de terra, que o Judiciário brasileiro julgue as áreas que estão lá questionadas, julgue essas áreas que estão questionadas, Deputado Ribamar, está questionado. As pessoas que pegaram as terras lá em 1970 não estavam na terra, quem foi para essa terra eram sem-terras, 200 famílias, 50 famílias, 30 famílias, conforme o tamanho da área lá na região do Cone Sul, foram retirados dessas terras agora, porque depois de 25 anos sem cumprir a legislação que rege a distribuição de terra foram expulsas essas terras e toda a benfeitoria que estava lá dentro eles perderam.

Então, a gente precisa que isso aconteça o mais rápido possível.

Concedo-lhe aparte, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar, Deputado Lazinho, pelo seu pronunciamento, dizer que há preocupação, já falei no meu discurso quando vi as imagens queimando daquele assentamento, questão da violência, principalmente da nossa região do Vale do Jamari. É preocupante e eu espero que as autoridades investiguem e apurem o que aconteceu, porque até o momento eu não sei o que é que aconteceu, mas que apure as responsabilidades e com certeza o Governo Federal, através do INCRA, através do *Terra Legal* tem uma responsabilidade muito grande por criar expectativa em cima das pessoas que precisam de terra e também criar uma insegurança no campo.

Então, nós precisamos ter recursos para poder indenizar áreas, para poder assentar esse pessoal e não ficar criando uma expectativa, esse pessoal com anos e anos embaixo de uma lona e só promessas e promessas e você não vê nada de terras indenizadas para poder assentar esse pessoal. Então, essa expectativa, Deputado Lazinho, que cria em cima das pessoas que estão lá, que sonham com um pedaço de terra e muitas pessoas às vezes envolvidas nesses assentamentos também que tem que ser investigadas, que às vezes criam atrito e acabam difamando um grupo, um assentamento todinho por causa de algumas pessoas que estão infiltradas, que não querem terra e também procuram tumultuar. Mas eu acho que nós temos que investigar, separar o joio do trigo, aqueles de fato que precisam de terra ser assentados, mas o Governo Federal é omissivo, o INCRA já é omissivo há muitos anos, não é de agora, não é só agora. A *Terra Legal* também foi criada só criando expectativa e nada acontece, isso acaba atritando e criando essas dificuldades, criando essa violência no campo, a preocupação é muito grande, é como Vossa Excelência falou, de ambas as partes. Então, a nossa preocupação é muito grande, esperamos que as autoridades entrem em campo o mais rápido possível e punam quem deva ser punido, mas que coloque a paz no campo que é muito importante. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, nobre Deputado. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) – Parabéns, Deputado Lazinho, pelo pronunciamento. Ainda nas Comunicações de Lideranças, por vinte minutos, com direito a apartes, o ilustre Deputado do PTB, Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Parabéns às sábias palavras do Deputado Lázinho da Fetagro. Cumprimentar o nosso Presidente em exercício, Deputado Ezequiel Junior; cumprimentar os demais Deputados, em nome do meu colega, brilhante Deputado, dinâmico e jovem Deputado, Deputado Cleiton Roque; cumprimentar a todos que estão aqui na nossa galeria assistindo e ouvindo os reclames, as reivindicações e as soluções apresentadas pelos Parlamentares; e em nome do Manoelzinho do SINTERO, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, cumprimentar toda a imprensa, servidores.

E vou ser muito breve nas minhas explanações, ainda que tenho vários motivos para estar aqui, não gostaria de tomar tempo em virtude dos projetos a serem votados. Por primeiro, gostaria de parabenizar o Presidente eleito do SINSEPOL, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil, Rodrigo Marinho, eu acho que a democracia ainda é o principal mecanismo de governança e de participação popular de todo o mundo, e ele foi eleito de forma legítima, e eu gostaria aqui de aplaudi-lo, parabenizá-lo e fazer votos de sucesso, que tenha uma boa jornada, que tenha uma caminhada exitosa a fim de defender os interesses da estimada, briosa Polícia Civil do Estado de Rondônia. Polícia que carece de infraestrutura, de efetivo, de material de apoio, almoxarifado e tantas outras coisas correlatas. Gostaria de reconhecer a vitória e parabenizar neste mesmo momento.

Gostaria aqui também de fazer um reclame, apresentar uma insatisfação quanto à participação do Dr. Eliseu, Diretor Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia, quando esteve aqui nesta mesma tribuna, neste mesmo Plenário para tratar das questões dos concursados aprovados e não empossados. É uma realidade, eu tenho falado isso sistematicamente, toda semana estou usando esta tribuna para privilegiar e para prestigiar os concursados, os servidores efetivos em detrimento dos comissionados. Não à toa, apresentei um projeto nesta Casa de Leis para restringir os cargos comissionados. Já tive a oportunidade de ter sido servidor efetivo, assim como servidor comissionado, entendo que um completa o outro, mas logicamente que nós devemos dar prioridade ao que é prioridade, Deputada Lúcia Tereza, assim nós temos tomado de coerência o nosso mandato. E eu não posso deixar batida a fala do Diretor Geral, por mais amigo que seja, por mais colaborador que sou da Polícia Civil, quando o mesmo Diretor veio aqui na tribuna falar que tem que trabalhar automaticamente e obrigatoriamente, os servidores da Polícia Civil devem trabalhar com duplo expediente. Quando ele vem falar que a escala de sobreaviso está tudo bem, não está de forma alguma, quer trabalhar com duplo expediente? Concorde, gera a maior resposta, satisfação a nossa população, mas nós temos que antes disso municiar a Polícia Civil, efetivar a política pública através de servidores que estão na iminência de serem empossados, que estão concluindo a academia. Já aproveito o gancho para clamar ao gestor da Polícia Civil que faça a vez, faça voz, intercedência para que a segunda academia dos excedentes também aconteça, afinal foi uma academia de 144, apenas 144 aprovados é muito baixo, é ínfimo ante as necessidades da Polícia Civil para a Polícia Judiciária trabalhar com qualidade, coisa que eu não tenho dúvidas que existe nos quadros da polícia, mas uma andorinha só não faz verão e nós sabemos disso.

Então, se quer jornada dupla, duplo expediente, sou o primeiro a apoiar, hipotecar total apoio, irrestrito e incondicional apoio, mas que coloque servidores e não simplesmente jogar a conta e o fardo para os servidores que fazem Polícia Civil acontecer. Nós já sabemos que muitas vezes a grande maioria já fica além do seu horário de expediente, sem ganhar abono, sem ganhar hora extra, sem ter qualquer tipo de gratificação ou subsídio. Então, eu gostaria que tivesse essa retratação, deixar muito claro o meu posicionamento, que dessa forma sou contrário, porque tem que respeitar e valorizar o servidor que já não tem auto-estima, que já não tem carro para trabalhar, não tem colete anti-bala, não tem munição, não tem arma, não tem equipe, não tem viatura, não tem combustível, e agora quer simplesmente repassar a responsabilidade para os seus servidores? Alto lá, eu acho que pode ter sido uma excrescência, de repente um certo excesso cometido pelo diretor e por conta disso eu quero aqui manifestar a contrariedade do posicionamento. Quer falar de efetivo, vamos falar também do sobreaviso que não é respeitado, das horas a mais trabalhadas pelos servidores da Polícia Civil.

Então, eu gostaria de deixar aqui registrada essa insatisfação em relação à fala, que até acho que não condiz com o *modus operandi* do diretor porque afinal é um diretor de chão, é um diretor operacional e que conhece as realidades do nosso Estado e que eu acredito e deposito nele muita confiança para que o trabalho da polícia seja bem feito. Mas, logicamente, antes de falar, antes de tomar qualquer postura, nós devemos pensar duas, três, quatro vezes, devemos refletir com muito carinho e com muita cautela o que vai se dizer, que uma palavra dita é uma flecha lançada, Deputada Lúcia Tereza, não tem mais volta, é um tiro dado e um tiro dado tem sérias e graves consequências para vida do gestor e principalmente para atribulações sofridas por todos os servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

No mais, dizer que estive hoje na tratativa da SEJUS, Secretaria de Justiça, que são várias, inúmeras reivindicações, inclusive várias e inúmeras denúncias que estou organizando, compilando, Manoelzinho, para levar ao Procurador Geral do Ministério Público, sobre a questão dos gerentes, coisa que projeto meu a semana passada infelizmente foi mantido o Veto por esta Casa e esta Casa tem o seu Plenário tido e tomado também pela democracia, mas pela soberania do voto de cada qual, então eu respeito enormemente; mas que os gestores, os gerentes e os coordenador da SEJUS têm perseguido, massacrado e oprimido os servidores, na velocidade que procuram mudar a escala de trabalho da SEJUS, que antigamente era 24 por 96 horas, hoje fizeram o projeto e é 12, 24 horas; 12, 72 horas e 11, 36 horas. Desta feita, tem prejudicado e muito o trabalho dos servidores que antes disso podiam inclusive estudar nas instituições de nível superior, saíam, e diga-se de passagem, a realidade que eu mais conheço é Porto Velho, a Estrada da Penal é um local ermo, é um local remoto, extremamente perigoso e sem iluminação, tem sofrido inúmeros atentados naquela estrada, não tem iluminação, não tem asfalto e a gente também tem que ter a mesma velocidade para gerar dignidade, respeito a esses servidores, se tem constitucionalidade para alterar o horário do trabalho, pois bem, vamos esgotar a discussão. Mas que tenha a mesma

velocidade para repor os quadros dos servidores. Nós temos 158 ainda da Academia de Polícia, da Academia de Agentes Penitenciários que foi feita e que eles não tomaram posse e falam que falta folha, receita, dinheiro. Mas sequer o Secretário hoje sabia que 79 servidores já foram transpostos ao quadro da União, que 79, numa média de seis mil reais, daria já de forma muito clara para colocar os 158, contratar e empossá-los.

Então, se isso não é falta de gestão, eu não sei o que dizer mais da Secretaria de Justiça, eu sou um conto mais crítico da forma de atuação da Secretaria de Justiça, porque eu enxergo, eu visualizo, por mais que não tenha relação íntima, fraterna alguma com a SEJUS, vejo o tanto que esses servidores têm sofrido. Do mesmo jeito da Polícia Civil, tem faltado celebim, que é iluminação, tem faltado rádio HT, tem faltado colete, bala antimotim e efetivo; a Colônia Penal foi toda tomada a fogo porque eles tinham 05 servidores para cuidar da Colônia Penal, porque as tornozeleiras eletrônicas, diga-se de passagem, que eu estipulei o prazo até hoje às 18 horas para receber os contratos que foram celebrados lá na Secretaria, que me parece que existe suspeição, nós vamos olhar, sim, com a lupa para saber se essa celeridade, que muitas vezes é feita para retirar direitos e garantias dos servidores, ele não se opõe a leniência para se fazer e muito mais a incúria, e mais do que isso, a irresponsabilidade de celebrar contratos possivelmente fraudulentos.

Então, eu fico muito preocupado com essa questão, Deputada Lúcia, porque isso atinge milhares de pessoas. A gente quando fala, eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu luto pelos humanos direitos e esses servidores têm famílias, eles trabalham em alto regime de estresse, eles vão sem saber se vão voltar. Então, até onde estão defendendo os servidores da Justiça Penitenciária? Então, isso me causa uma comoção, eu não vou deixar de lutar pelo que é certo e logicamente gostaria de propor a imediata exoneração do coordenador, que é um tenente, nada contra a Polícia Militar, sempre fui muito próximo, inclusive do oficialato, assim como dos praças, mas policial militar não tem que estar na coordenação da SEJUS, ele nunca pisou no pátio e nunca bateu cadeado, a realidade lá é outra, educação militar não se enquadra na educação do sistema prisional e é isso que tem acontecido, opressão, tem colocado servidores à disposição, servidor que apresenta as diferenças ou que apresenta reivindicações ou demonstra insatisfação, são colocados à disposição. Isso lembra outras épocas, sanguinárias épocas e que a gente não deve reviver. Então, fica aqui o alerta, a preocupação e a reclamação.

A Sra. Lúcia Tereza – Um aparte, nobre Deputado.

O SR. LÉO MORAES – Deputada Lúcia Tereza, por gentileza.

A Sra. Lúcia Tereza – Concordar com Vossa Excelência em número, gênero e grau. Desde que assumimos aqui, estamos lutando, não só pelos agentes penitenciários, nós começamos pelos policiais militares, que tem um número que tinha há 30 anos, nós estamos para repor no mínimo seis mil homens na PM. Mas eu vendo o vosso discurso e lembrando do seu pai, sabia, Deputado Léo, parece que tanta gente fala no tempo

antigo como se fosse uma coisa muito pesada, eu lembrando que quando eu já fui Deputada nesta Casa, era tão mais fácil conversar com secretários, com coordenadores, parece que tinha assim uma respeitabilidade porque ouvia e dava para se para fazer alguma coisa. Eu sei que atravessa fase difícil, negócio de bala, de colete, você acredita que eles têm quatro coletes, que um passa o cheiro do outro o mês inteiro para cinco, seis, e assim é só um farrapo não dá nem para abotoar, isso não é em Porto Velho, é no Estado todo. Mas eu gostaria de somar com Vossa Excelência, que Vossa Excelência me colocasse onde for para ajudar, eu quero, obviamente que tem que ser contratado, obviamente que estão estressados, e eu tenho prova que os agentes penitenciários muitos estão demasiadamente estressados, porque eu converso com preso também, eu sei de muita coisa, só que não adianta querer porque os problemas continuam os mesmos.

Agora, Excelência, o senhor fala em exonerar. Resolve o problema? Ou é melhor juntar? O senhor Governador, que é o nosso chefe, a camisa 10, juntar com as afins secretarias e tentar no mínimo minimizar esse problema, porque o senhor não acha, Excelência, que esse Coronel, que eu não conheço, ele não recebe ordens para agir como tal? É uma pergunta que eu faço a Vossa Excelência. E queria lhe dar os parabéns mais uma vez, que bom que tem um Deputado que soma junto com os outros vinte e três Deputados, que sabem profundamente não só por ouvir falar ou só nos bancos de faculdade que você vai onde está o problema e vê que também tem alternativa para minimizar ou solucionar. Eu te admiro e te dou os parabéns, Deputado Léo, como eu te admiro. Ah! Se a velhice pudesse, e se a juventude soubesse estaríamos bem melhor.

O SR. LÉO MORAES – Muito obrigado, Deputada Lúcia Tereza, a recíproca é verdadeira, tenho profunda admiração por toda sua história, sua trajetória e tudo que a senhora ainda contribui para o Estado de Rondônia, seja pegando na enxada, pegando na caneta, ou discursando, a senhora tem a mesma qualidade e a mesma determinação em ambas as tarefas.

Então, eu só gostaria de demonstrar que é recíproca essa admiração. E dizer a Vossa Excelência que eu só gostaria que os procedimentos fossem equânimes, que eles fossem dado à mesma feita, porque quando existe qualquer denúncia ou qualquer possibilidade de denúncia aos servidores, eles já são colocados à disposição da gerência, não é o que acontece, por exemplo, com o coordenador, com os gerentes, eles massacram os servidores, denunciam o servidor por discordarem ideologicamente e eles pagam as penitências que o gerente não paga, que é alguém que não conhece, que nunca bateu o cadeado, é a mesma coisa que eu querer ser coordenador da SEJUS, querer ser gerente, eu não sei como tratar o apenado, eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu quero preservar a integridade física dos apenados? Quero, mas, sobretudo, respeito a moral dos servidores que cuidam desses apenados. E é por isso que eu estou aqui demonstrando mais uma vez minha insatisfação com a alta cúpula da SEJUS, que ninguém da alta cúpula conhece o sistema penitenciário prisional brasileiro, e é por isso que nós ainda vivemos e viveremos por muito tempo em masmorras que continuarão matando pessoas, e continuará também matando por questões

psíquicas e químicas os seus servidores que é quem eles mais deveriam cuidar.

Fica aqui o desabafo de insatisfação, ao mesmo tempo em que gostaria de ter a devida resposta e que me encaminhe os contratos já pedidos por requerimento por esta Casa, que eles nos encaminhem, sob pena de denúncia por crime de responsabilidade e também de desobediência no Ministério Público. Muito obrigado.

(Às 18 horas e 13 minutos o senhor Ezequiel Junior passou a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Deputado Léo. Encerrada as Comunicações de Liderança. Passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 018 DE AUTORIA COLETIVA. Que altera o *caput* do art. 20-A, da Constituição do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA GLAUCIONE. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Pastor Nelson Luchtenberg.

- PROJETO DE LEI DA MESA DIRETORA. Disciplina por resoluções concessões inerentes às atividades parlamentares e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Dispõe sobre a rotulagem de produtos transgênicos no território do Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Declara de Utilidade Pública a Associação São Thiago do Bom Serazinho – ASTBS, localizada no município de Porto Velho.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Institui o Projeto “Plantando o Verde” nas Escolas da Rede Pública de Ensino no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Linha Segundinha – B do Projeto de Assentamento Ribeirão – APRUSPAR, com sede no município de Nova Mamoré.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO E LÉO MORAES. Requer a realização de Audiência Pública, no dia 7 de abril de 2016, às 15 horas, para debater, juntamente com a Federação dos Grupos Folclóricos de Rondônia – FEDERON, a Cultura Popular, em especial a data de realização do Arraiá Flor do Maracujá.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene, no dia 13 de maio de 2016, às 09:00 horas, em homenagem ao Dia do(a) Assistente Social.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Audiência Pública para o dia 11 de abril de 2016, às 15:00 horas, para discutir e analisar sobre o Concurso Público dos Agentes Penitenciários.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Laudo Técnico de Vistoria da estrutura física da ponte sobre o rio Riozinho, localizada no município de Cacoal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer o cancelamento da Audiência Pública do dia 07 de abril de 2016, às 15:00 horas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos, no que tange à Mensagem 035, de 21 de março de 2016, do Poder Executivo, em que altera o § 2º do artigo 8º da Lei 3.177, de 2013, autorizando o Poder Executivo a realizar a compensação de créditos tributários do Estado de Rondônia relativos ao ICM e ICMS inscritos em dívida ativa, com débitos da Fazenda Pública, objeto de Precatório Judicial.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos, no que tange à Mensagem 038, de 31 de março de 2016, do Projeto de Lei em que acrescenta dispositivos à Lei nº 3.594, de 22 de julho de 2015, dispondo sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAD. Requer à Mesa Diretora cópia na íntegra de documentos, no que tange à Mensagem 039, de 31 de março de 2016, do Poder Executivo, em que está autorizado a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 4.045.411,00, em favor da Unidade Orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Exmo. Governador do Estado, c/c ao Ilmo. Diretor Geral do DER/RO, da necessidade da realização de serviço de tapa-buraco na Linha 605 que liga ao município de Theobroma ao município de Machadinho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Exmo. Governador do Estado, com cópia ao Ilmo. Diretor Geral do DER/RO, da necessidade de pavimentação asfáltica da Linha 45 pertencente ao município de Santa Luzia d'Oeste, que liga à Linha 208, no sentido do município de São Felipe d'Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO. Indica ao Senhor Governador do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de limpeza

da área localizada na avenida Rio de Janeiro, entre Prudente de Moraes e Rogério Weber, localizada no Bairro Areal.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO.** Indica ao Senhor Governador do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de revitalização do bairro Areal em vários pontos supracitados na justificativa abaixo.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE.** Indica ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade de recuperação e manutenção da ponte do rio Jaci, localizada na via eletrônica que dá acesso de Buritis a Guajará-Mirim, situado nos Distritos de Rio Branco e Jacinópolis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade urgente de uma operação tapa-buracos na RO-458, no trecho entre o município de Alto Paraíso até a BR-364.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Indica ao Exmo. Senhor Governador que interceda junto ao Secretário de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE para que seja realizado curso de capacitação sobre o chamamento público para as Associações no município de Espigão d'Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO.** Indica ao Poder Executivo a necessidade da criação de um Programa de Apoio Financeiro às Delegacias de Polícia Civil do Estado, nos municípios e nos distritos.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda na Ordem do Dia, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer cancelamento de Audiência Pública, no dia 07 de abril de 2016, às 15 horas.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o requerimento de autoria do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Audiência Pública para o dia 11 de abril de 2016, às 15 horas, para discutir e analisar sobre o concurso público dos Agentes Penitenciários.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação o requerimento de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora

realização de Sessão Solene para o dia 13 de maio de 2016, às 09 horas, em homenagem ao Dia do Assistente Social.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do Deputado Ribamar Araújo. Requer à Mesa Diretora realização de Sessão Solene no dia 13 de maio de 2016, às 09 horas, em homenagem ao Dia do Assistente Social.

Em discussão e votação. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO E LÉO MORAES. Requer a realização de uma Audiência Pública para o dia 07 de abril 2016, às 15 horas, para debater juntamente com a Federação dos Grupos Folclóricos de Rondônia a Cultura Popular, em especial a data da realização do Arraial Flor do Maracujá.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em votação o Requerimento do Deputado Maurão de Carvalho e do Deputado Léo Moraes.

Em discussão e votação. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 351/16 DA MESA DIRETORA. Disciplina por resolução concessões inerentes a atividades parlamentares e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de lei nº351/16 se encontra sem Parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador, membro da Comissão de Constituição e Justiça, para que proceda ao Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº351/16. Disciplina por resolução concessões inerentes a atividades parlamentares e dá outras providências. É de autoria da Mesa Diretora. Somos de Parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer favorável do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei 351/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº350/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 043. Dá nova redação ao artigo 1º e altera o Anexo I da Lei nº 3.111, de 25 de julho de 2013, que alterou a Lei 2.672, de 20 de dezembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo proceder à contratação no âmbito

do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER/RO, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto se encontra sem Parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador que proceda ao Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº350/16, do Poder Executivo/Mensagem 043. Dá nova redação ao artigo 1º e altera o Anexo I da Lei 3.111, de 25 de junho de 2013, que alterou a Lei 2.672, de 20 de setembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo proceder à contratação, no âmbito do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, infraestrutura e Serviços Públicos – DER/RO, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Senhor Presidente, somos de Parecer favorável, tendo em vista da urgência da necessidade de contratação desses profissionais para poder trabalhar na época da seca agora. Nós na sessão passada já aprovamos um Projeto, também para contratar o pessoal para o Espaço Alternativo aqui para concluir a obra. E hoje estamos aprovando os contratos emergenciais para poder contratar os operadores para poder trabalhar agora no tempo da seca. Então, sou de Parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer favorável do Deputado Adelino Follador. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão...

Pois não, Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Por gentileza. Desculpa aí a falta, não estou ouvindo bem, esse Projeto é do que, Excelência?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Esse Projeto é da contratação emergencial para o DER.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Quem que vai relatar para eu saber o que é isso?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Já foi relatado.

A SRA. LÚCIA TEREZA – O quê? É só do Espaço Alternativo ou mais?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não, não, esse aqui é só para operador de máquina.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Esse é outra coisa? Chegou na Casa hoje?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputada Lúcia, é a contratação dos servidores emergenciais, ele veio com regime de urgência e no momento que precisa de servidores para compor o quadro do DER e o parecer do Deputado Adelino Follador...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Sr. Presidente, eu posso explicar?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Deputado Luizinho para explicar a quantidade de servidores, também para esclarecer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Essa matéria, na realidade, o Estado, Presidente, até o período do ano passado contratava vários servidores do Estado, através de um processo seletivo, e eram na casa de 350 servidores contratados por esse processo seletivo, e no entendimento do Governo, para ser mais rápido e também mais fácil até de fazer essas contratações diante dos períodos, que às vezes é necessário contratar mais pessoas, automaticamente optou por essa contratação temporária de cargos comissionados e que no meu entendimento é salutar. Então, exatamente é isso. Até porque hoje o concurso que foi feito do DER já foram convocados todos os servidores, contratados todos os servidores e o concurso já foi extinto, então por isso essa proposta do Governo que eu entendo que é salutar.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, com todo respeito ao líder que falou aí, não tem como inverter a pauta e deixar esse processo do DER para votar no final?

A SRA. LÚCIA TEREZA - Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Questão de ordem. Está sendo discutido o parecer, depois de aprovado o parecer discute o projeto.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Só a título de esclarecimento aqui. São 75 cargos de R\$ 767,46, operário, oficial de manutenção parece que são 50, R\$ 814,46 mais a gratificação do DER, deve ser, e operador de máquinas pesadas são 75. Então eu acho que com certeza agora parando as chuvas nós temos que contratar esse pessoal para poder cobrar do Estado a manutenção das estradas.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Então, não havendo mais alguém para discutir o projeto, em votação, votação nominal, o painel já está aberto.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Foi votado o parecer já?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Votação simbólica. Já votou o parecer. Então em votação o projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o projeto. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 075/2016 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 044. Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 680, de 07 de setembro de 2012, que “Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos

profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Projeto de Lei Complementar nº 075/2016 se encontra sem parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Solicito ao Deputado Saulo Moreira para proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR - Presidente, só questão de ordem aqui, Presidente, esse projeto não está na ordem do dia aqui não, né?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Ele foi incluído, é projeto da Deputada Lúcia que pediu para incluir e ele foi incluído na ordem do dia. Com a palavra o Deputado Saulo Moreira.

O SR. SAULO MOREIRA - Sr. Presidente, questão de ordem. Eu queria aqui agradecer a V. Exª por ter-me solicitado que fizesse a relatoria deste projeto de lei, mas queria convidar aqui a minha companheira Deputada Lúcia Tereza para que a senhora venha aqui e dê o parecer do projeto que é um projeto da educação, por favor.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Para relatar o projeto a Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público aqui presente, eu estava pensando o seguinte, Deputado Airton, quando falam, me chamam para compor a Mesa de alguma solenidade, fala assim: '*Vamos chamar a ex-prefeita, a ex-deputada, ex-prefeita, ex-deputada*', mas eu me sinto assim, 'mas será que ex já acabou?' Mas quando falam vamos chamar a professora Lúcia Tereza, eu me sinto honrada, eu me sinto de verdade honrada. E quero aqui dizer para o sindicato todo, na pessoa do Manoelzinho, eu fico pensando se eu não tivesse deixado a sala de aula para entrar na política partidária, enfrentar eleição e fazer esse trabalho que a gente tenta fazer, talvez, Deputado Ribamar, talvez, meu amigo Hermínio Coelho, eu não tivesse tido tanta decepção na vida, eu não tivesse aqui, Deputado Lázinho, amargurada como tenho estado ultimamente, porque a gente vê que as mazelas, todas coisas ruins que estão acontecendo no País, infelizmente, e falando bem baixinho, Deputado Só Na Bença, é por causa da classe política, infelizmente, mas enquanto está acontecendo tudo isso, esses entretidos aqui em Rondônia, eu tenho o orgulho e a satisfação de fazer parte, de ser Deputada Estadual junto com os outros 23 Deputados aqui, porque hoje esse Projeto era para ter chegado há muito tempo, nós estávamos em uns impasses que nós queríamos, enquanto sindicalista também, que pusessem outras categorias também, era uma oportunidade única aqui e eu quero parabenizar de pé a persistência, a raça, sem serem indelicados, sem serem agressivos, mas ter concordado e mostrar e quero aqui agradecer ao senhor Governador que eu fiquei muito preocupada, será que vai dar conta? Será que isso vai persistir? É pouco. Na verdade, é pouco, mas foi o avanço, não tem, Excelência, nenhum Estado hoje, Deputado Hermínio, do País que está fazendo algumas melhorias, uns já

fizeram faz tempo, mas muitos que fizeram, que aprovaram Planos de Cargos e Carreiras e aumentos não estão dando conta de pagar. Quero aqui agradecer o Governador com a sua equipe, logicamente, com o corpo técnico e a Secretária de Educação, agradecer a persistência porque nós íamos lutar sozinhos sem poder, nós, Deputados, de colocar Emendas e vocês conseguiram, quem conseguiu fomos nós, Manoelzinho, quem conseguiu foi o professor antigo, mas é o professor futuro, oxalá em pouco tempo a gente fez, sinto que a educação vai melhorar. E quero aqui falar da ausência do Deputado Jesuíno, e eu quero fazer um aparte do Deputado Dr. Neidson, do Deputado Aécio, do Deputado Jesuíno e da Deputada Rosângela Donadon, que o Sindicato leve à classe, que eles não estão aqui hoje porque a gente tinha combinado de votar amanhã, e eles votariam junto com a gente, mas a pedido e a gente preocupados para as aulas começarem, Deputado Lázinho, para as aulas começarem e já inserir na folha já com esse pouco aumento, mas real.

Então, eu quero aqui falar da ausência dos quatro Deputados, amanhã eles estariam aqui, inclusive tem dois que viajariam de madrugada para estarem amanhã aqui, mas nós vamos votar a pedido do Sindicato e é urgência. Quero agradecer de coração a cada Deputado que nós conversamos, a todos os outros 20 Deputados que se propuseram a votar, você veja como é importante, vocês vejam que logicamente que todos já leram esse Projeto e eu diria que lá no 14 de abril, lá na Capa-80, lá no Pacarana, no Seringal, no Assentamento Nosso Caminho, os professores vão estar. É muito pouco na verdade. Mas eles vão estar revigorados, vão trabalhar, aos professores, aos trabalhadores em educação que querem trabalhar eles vão ganhar melhor e sempre eu achei assim, sempre eu achei assim, oxalá, Deus continue abençoando nossos trabalhadores em educação, que eles possam dar resposta, principalmente aos nossos filhos, nossos alunos, que os professores que são logicamente que em toda categoria tem os bons e os ruins, que os ruins deem lugar aos novos professores também que estão aí ávidos para trabalhar, para produzir.

Eu quero aqui pedir a todos que me aprovelem esse Projeto por todas, até da Comissão de Finanças e todas as Comissões pertinentes. Quero dizer, Deputado Lebrão, que eu estou tão feliz que é difícil eu não ter palavras, mas muito obrigada em nome da categoria da Educação do Estado, a Professora Lúcia agradece vocês.

Meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes. Muito obrigada, que Deus lhes pague.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável da Deputada Lúcia Tereza.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ainda para discutir, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu gostaria de parabenizar também o SINTERO e parabenizar cada um que participou das Audiências Públicas promovidas pelo SINTERO. Lá em Ariquemes teve a maior participação, já teve no SINTERO nessa discussão, lotou o SINTERO, inclusive teve muitas pessoas fora

porque não conseguiram entrar no prédio. Então, eu acho que a participação dos professores e eu vejo aqui comparando os dois Projetos o que tinha nesta Casa com o que está aprovando hoje, foram vários ganhos que foram conquistados graças ao apoio da categoria, a união da categoria. Então, eu quero parabenizar todos, o SINTERO, mas também cada professor que participou dessas discussões no Estado todo, mas principalmente na região de Ariquemes, que foi praticamente em peso todos os professores lá daquela região. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer da Deputada Lúcia Tereza?

O SR. LÉO MORAES – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o relatório proferido pela Deputada, professora de formação e de sacerdócio, que professora é sacerdócio, realmente tem que estar investida dos melhores propósitos não somente em ter o conhecimento como compartilhar, que não é das tarefas mais simples e nós vemos como são as poucas as pessoas devotadas para tal. E gostaria de fazer um paralelo, de repente demonstrar que no contraponto e na contramão dessa valorização dos servidores feita pela administração estadual, nós temos o descaso total, descabro da administração municipal que concedeu um mísero abono de quarenta reais agora há poucos dias para os professores da rede municipal de ensino e em consonância com isso vem a agregar, na verdade, a falta de respeito, as péssimas condições que os professores se encontram na nossa Capital do Estado e eu não poderia deixar de hipotecar total e irrestrito apoio aos servidores e também ao SINTERO nessa luta quase que inglória com a administração Mauro Nazif. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Para discutir, o Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só parabenizar o Sindicato, o Manoelzinho, o Governo do Estado também pela maneira como está sendo tocado, tanto o SINTERO quanto o próprio, do lado do Governo a sensibilidade de poder discutir. Eu estava em Santa Catarina na segunda quinzena de dezembro, aí o Nereu e o Manoel entraram em contato comigo perguntando se ia ter alguma Extraordinária aqui que iria votar o projeto. Eu falei: “Olha, Nereu e Manoel, pode ter certeza que aquela Casa nem o Governo mandaria, mas a Assembleia Legislativa não votará o projeto sem conversar com vocês”. E foi isso que aconteceu, o Governo aguardou, veio agora, entrou agora o consenso, fez o que poderia ser feito e agora nós estamos votando. Parabéns ao Sindicato, ao SINTERO, toda a direção, parabéns ao Governo do Estado por ter a sensibilidade de poder discutir evitando paralisações e transtorno para a categoria de uma forma geral e para toda a população de Rondônia. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Não havendo mais Deputado para discutir, em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 075/16, votações nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Com 14 votos favoráveis, está aprovado em primeira discussão. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 55/15 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 319. Altera a Lei Complementar nº 748, de 16 de dezembro de 2013, cria as carreiras de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analista em Tecnologia da Informação e Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 055/15. Esse projeto já está com o parecer. Em primeira discussão e votação, votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Junior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- sim

- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com 16 votos favoráveis, está aprovado em primeira votação. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Solicito a Vossa Excelência que faça a verificação de quórum.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito a presença dos Deputados que estiverem nas galerias do Plenário, nos gabinetes, que possam vir que está havendo verificação de quórum.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente. Acabamos de votar o projeto. Sim, para que verificação de quórum?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

Então, está deferido, vou pedir a verificação de quórum. Pedir aos Deputados que registrem a presença para prosseguir a votação.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- presente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputada Glaucione	- presente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- presente
- Deputado Léo Moraes	- presente
- Deputada Lúcia Tereza	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- presente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente

- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputado Só Na Bença	- presente

(Às 18 horas e 47 minutos o Senhor Edson Martins passa a Presidência ao Senhor Maurão de Carvalho)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente, eu concordo plenamente com a proposta de Vossa Excelência de cortar, de fazer a legislação para cortar a diária do Deputado que não estiver presente, inclusive do Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Inclusive minha se não estiver no Plenário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Exatamente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário para ler as próximas matérias.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 018/16 AUTORIA COLETIVA. Altera o caput do artigo 20-A, da Constituição do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado membro da Comissão de Justiça, Deputado Adelino Follador, para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É uma proposta de Emenda Constitucional 018/16 Coletiva. Altera o *caput* do artigo 20-A, da Constituição do Estado de Rondônia. Está subscrita por todos os Deputados aqui presentes. Então, somos de parecer favorável, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer favorável do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação a Proposta de Emenda Constitucional nº 018/16. Votação nominal. O painel está aberto.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, qual a matéria desta PEC, desculpe-me, eu não recordo, eu até li já, mas não lembro do que se trata, qual a ementa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – É do teto, da cobertura, é o lastro, é só para regularizar o teto. Mas, algum esclarecimento, Deputado?

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim

- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 18 votos favoráveis, está aprovado em primeira discussão. Vai à segunda. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Em 2ª Discussão e Votação. PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 013/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Acrescenta o § 14 ao artigo 24 da Constituição Estadual de Rondônia que dispõe sobre os Servidores Públicos Militares.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em 2ª Discussão e Votação Projeto de Emenda Constitucional 013/15. Votação é nominal, a votação já está aberta.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 18 votos, está aprovada a matéria. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 044/15 DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Servidor Lenilson de Sousa Guedes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei do Deputado Laerte Gomes. O Projeto de Decreto Legislativo 044 já se encontra com parecer. Votação simbólica. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 045/15 DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Nilton Gonçalves Kisner.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo 045/15, já tem parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 046/15 DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Subcomandante da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Cláirton Pereira da Silva.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já se encontra com parecer, Projeto de Decreto Legislativo 046/15. Em discussão única e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 100/15 DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Declara de utilidade pública a Associação Clube de Mães de Rondônia – CMAR.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei já se encontra com parecer, o Projeto de Lei nº 100/15. Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 248/15 COLETIVO. Altera a Lei nº 3.138, de 05 de julho de 2013 e dá outras providências. Projeto com Substitutivo, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já se encontra com parecer, o Projeto é o 248/15, com substitutivo. Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado em primeira discussão, com substitutivo. Vai à segunda votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 308/16 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Altera as redações dos artigos 1º, 4º e 5º da Lei Estadual 2482/2011.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já se encontra com parecer. Projeto de Lei 308/16. Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 315/16 DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Define como essencial o aparelho celular utilizado pelo consumidor no serviço telefônico móvel e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já se encontra com parecer das Comissões, o Projeto de Lei 315/16. Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 330/16 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Agrícola e Ambiental de Protetores e Produtos Rurais da Linha Nona do PA Taquara – ASPRONONA.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já se encontra com parecer pela Comissão de Justiça. Projeto de Lei 330/16, em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 334/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 028. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 1.736.000,00, em favor da unidade orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 334/16 falta o parecer pelas Comissões pertinentes. Solicito ao Deputado Saulo Moreira emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, companheiros Deputados, o Projeto de Lei 334/16 veio para esta Casa através da Mensagem 028, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 1.736.000,00, em favor da unidade

orçamentária Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia.

O Projeto está dentro da sua legalidade, da sua constitucionalidade, senhor Presidente. Tudo dentro do que determina a Lei, portanto meu parecer é favorável à aprovação da matéria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do Deputado Saulo Moreira. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 334/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 337/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 031. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 6.162.402,15, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei se encontra sem parecer pelas Comissões pertinentes.

Solicito ao Deputado Adelino Follador para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 337/16, do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 6.162.402,15, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES.

Então, nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 337/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai à segunda votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 340/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 036. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 120.600,00, em favor da unidade orçamentária Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei 340/16 falta o parecer das Comissões. Solicito ao Deputado Marcelino Tenório emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – O Projeto de Lei 340/16 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 036, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 120.600,00, em favor da unidade orçamentária Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL.

Senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhor Presidente, pela legalidade e constitucionalidade do Projeto, meu Parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer do Deputado Marcelino Tenório. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº340/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº349/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 040. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$6.977.533,89, em favor das Unidades Orçamentárias CGE, SEAE, DER, FESPEN, PROLEITE, SEAS, FEAS E IPEM.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – o Projeto encontra-se sem Parecer. Peço ao Deputado Saulo Moreira que emita o Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, senhores Deputados, o Projeto de Lei nº349/16, que veio para esta Casa através da Mensagem 040 e também autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar no montante bem superior àquele Projeto que eu relatei anteriormente, que esse aqui é de R\$6.977.533,89 em favor de várias Unidades orçamentárias, CGE, SEAE, DER FESPEN, PROLEITE, SEAS, FEAS e o IPEM.

O SR. LAERTE GOMES – Dá para ler o valor de cada um, cada unidade separada.

O SR. SAULO MOREIRA – Então, senhor Presidente, atendendo aqui o pedido do Deputado Laerte Gomes, eu quero que logo após a aprovação do projeto o senhor vá ali e pode se certificar dos valores individualmente para cada Unidade Orçamentária.

O SR. LAERTE GOMES – Satisfeito, satisfeito.

O SR. SAULO MOREIRA – Então, senhor Presidente, o Projeto encontra-se dentro da sua legalidade, constitucionalidade, o meu Parecer é favorável pela aprovação da matéria.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Parecer favorável do Deputado Saulo Moreira. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontra, os contrários se manifestem.

Aprovado o Parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de lei nº349/16. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado, vai à segunda votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, que seja dispensado interstício regimental para apreciação em 2ª discussão e votação dos Projetos: PLC 055, PLC 075, PEC 018, PL 100, PL 248, PL 308, PL 315, PL 330, PL 334, PL 337, PL 340, PL 349, PL 350 e PL 351.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação os Requerimentos do Deputado Lebrão. Encerrada a discussão. Em votação, os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o Requerimento do Deputado Lebrão.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

E nada mais a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente sessão convoco sessão extraordinária com a finalidade de apreciar em 2ª discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 07 minutos).

ADVOCACIA GERAL

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato Nº 009/2012

Processo Administrativo Nº 00791/2012

Concedente: Assembleia Legislativa Do Estado De Rondônia-ALE/RO

Conveniente: Centro De Integração Empresa Escola – CIEE.

Do objeto: tem por objeto a alteração do valor da bolsa-auxílio pago aos estagiários desta casa legislativa.

Parágrafo primeiro- a bolsa-auxílio corresponderá a R\$ 1.320,00 (hum mil trezentos e vinte reais) ao estagiário de nível superior com carga horária de 05 (cinco) horas diárias devidamente certificada.

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato originário nº 009/ALE/RO/2012.

Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente termo aditivo, o qual depois de lido e achado conforme, foi registrado às fls. 5 (cinco) do livro de termo aditivo desta advocacia-geral do ano de 2016, e segue devidamente assinado pelas partes aditantes.

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Concedente: Assembleia Legislativa Do Estado De Rondônia
Deputado Mauro De Carvalho – Presidente
Arildo Lopes Da Silva - Secretário-Geral

Conveniente: Centro de Integração Empresa Escola - CIEE
Sérgio Alencar Da Silva – Gerente Regional Norte

Visto: Whanderley da Silva Costa - Advogado-Geral ALE/RO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 007/2016/ALE/RO Processo Administrativo nº 17495/2015-86

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, através da Comissão Permanente de Pregão - CPP, nomeada pelo **ATO Nº 3588/2015-SRH/P/ALE**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e locais indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, na forma de execução **INDIRETA**, regime de empreitada – **PREÇO GLOBAL**.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Resolução nº 152/2007/ALE, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e de abastecimento de combustíveis, tipo gasolina comum, álcool comum e óleo diesel para os veículos, compreendendo administração e gerenciamento informatizado, com uso de cartões eletrônicos magnéticos ou com chip como meio de intermediação do pagamento, pelo fornecimento de combustíveis, utilizando a tecnologia que melhor controle com segurança à contratação, a fim de atender a frota de veículos, máquinas e equipamentos da ALE/RO, nos municípios do Estado de Rondônia, conforme especificações e quantidades contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 293.842,75 (duzentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, () SIM (X) NÃO

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E ANEXOS: a partir da data de divulgação do Edital no [site www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), até a data e horário da abertura da sessão pública, no dia **05 de maio de 2016**, Hora: 09h00min;

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **05 de maio de 2016**, Hora: 10h00min.

ESCLARECIMENTOS: cpl@al.ro.leg.br - Telefone: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho/RO, 20 de abril de 2016.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200160382

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº0626/2016-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ANDERSON QUADROS PIRES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-28, do Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 30 de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0547/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ANILZA NUNES ROMAO ALMEIDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 05 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0628/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ANTONIO BELINSKI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 13 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0677/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

BRUNO LACHI ROCHA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 14 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0617/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

CARLOS ALBERTO TESCH, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-1, do Gabinete da Deputada Lucia Tereza, a contar de 30 de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0619/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **CLODOALDO ARAUJO DANTAS**, para Assessor Técnico, código AT-26, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação e Orçamento, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0624/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **DALTERSON VIEIRA PINTO**, para Assistente Técnico, e relotar no Gabinete da Liderança do Governo, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0532/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

DEBORA DOS SANTOS SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, do Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 04 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0522/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

DIEGO MUNIZ MIRANDA DE LUCENA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-22, do Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 01 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0549/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **EDNA MARIA GOMES DE SANTANA**, Assistente Técnico, para o código AST-18, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 05 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0670/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **EDNO APARECIDO DA COSTA DE SOUZA**, para Assessor Técnico, código AT-30, da Superintendência de Finanças, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 14 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0625/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ELTON DE MOURA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-29, do Gabinete da Liderança do Governo, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0629/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

FABIO LUIS DE MOURA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 13 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0514/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GERCI BORGES DAL PRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS-9, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 01 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0627/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

GILSON APARECIDO FARIAS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 13 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0508/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

JAMES NICODEMOS DE LUCENA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, do Gabinete da Comissão Permanente de Constituição e Justiça e de Redação, a contar de 30 de março de 2016.

Porto Velho, 29 de março de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0620/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **JOCIMAR NASCIMENTO DA SILVA**, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Finanças, Economia, Tributação e Orçamento, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0631/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **JOSIELSON PIRES GARCIA**, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Liderança do Governo, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0548/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

JUAREZ BECARIA DE ALMEIDA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 05 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0630/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

JULIANA CANDIDA NEVES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 13 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0671/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **LAURICELIA DE OLIVEIRA E SILVA**, para Diretor de Departamento, código DGS-2, da Superintendência de Finanças, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 14 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 673/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

D E S I G N A R

A servidora **LAURICELIA DE OLIVEIRA E SILVA**, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para responder pela Divisão de Contabilidade, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 14 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 0632/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **LEANDRA ARAUJO ALVES**, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Liderança do Governo, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 12 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 0540/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LEANDRO DE ALMEIDA GOES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 05 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 0676/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LUIZ ALVES DOMINGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-11, no Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 08 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 0512/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

MARCIA CELESTINA LAURA, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Executiva, código DGS-3, do Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 01 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 0513/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **MARCIA REGINA PATRIARCHA**, para Secretário Executivo, código DGS-3, do Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 01 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 0550/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MOISES DE OLIVEIRA MENDES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Marcelino Tenório, a contar de 06 de abril de 2016.

Porto Velho, 05 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0539/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

NINNON ROSE ALVES MAIA GOMES DA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 05 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0556/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

RENAN CRISTIAN DA COSTA BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 06 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0633/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

RUY MAGNO SOARES CARNEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-23,

no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 13 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0577/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

TAIS BISPO MAGALHAES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 08 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0554/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

TATIANE PATRICIA DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, do Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 06 de abril de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0546/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

YARA NARJARA SOUZA VASCONCELOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 1º de abril de 2016.

Porto Velho, 05 de abril de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**RESOLUÇÃO Nº 336,
DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

Acrescenta dispositivo a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica acrescentado Parágrafo único ao artigo 3º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016, que “Dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias e dá outras providências”, com a seguinte redação:

“Art. 3º.

Parágrafo único. O Presidente quando representando o Poder Legislativo ou participando de eventos que não sejam os definidos no inciso VI deste artigo, poderá requisitar servidores lotados em outros setores da Casa de Leis.”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 20 de abril de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 631,
DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

Concede Medalha do Mérito Legislativo a Senhora **Hindira de Melo Mendes**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelo Decreto Legislativo nº 627, de 30 de março de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo a Senhora **HINDIRA DE MELO MENDES**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 20 de abril de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 632,
DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **Luciano Alves de Souza Neto**, Procurador do Estado de Rondônia - PGE.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Procurador do Estado, Senhor **LUCIANO ALVES DE SOUZA NETO**, pelos relevantes serviços prestados a Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 20 de abril de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 633,
DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

Concede Título Honorífico de Cidadã do Estado de Rondônia *in memoriam*, a Senhora **Rosilda Shockness**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Cidadã do Estado de Rondônia *in memoriam*, a Senhora **ROSILDA SHOCKNESS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 20 de abril de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO